



UM TEMPO NOVO PARA SÃO PAULO



PLANO DE GOVERNO
HADDAD PREFEITO 2012



UM TEMPO NOVO PARA SÃO PAULO

Plano de Governo
Haddad Prefeito 2012



PLANO DE GOVERNO







ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	9
ARCO DO FUTURO.....	11
1 - UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO URBANO PARA SÃO PAULO.....	24
2 - POLÍTICA HABITACIONAL E FUNDIÁRIA.....	31
3 - MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE PÚBLICO.....	37
4 - SAÚDE.....	45
5 - EDUCAÇÃO.....	55
6 - CULTURA.....	64
7 - ESPORTE E LAZER.....	70
8 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL: SOLIDARIEDADE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, COMBATE À MISÉRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR.....	73
9 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	78
10 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL URBANA.....	82
11 - DIGNIDADE, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS.....	93
12 - SEGURANÇA URBANA.....	111
13 - GESTÃO, PARTICIPAÇÃO E MODERNIZAÇÃO.....	114





APRESENTAÇÃO



É com muito orgulho que a coligação “Para Mudar e Renovar São Paulo” apresenta o Programa de Governo da candidatura de Fernando Haddad para Prefeito e Nádya Campeão para Vice-Prefeita da cidade de São Paulo.

Este Programa traz as diretrizes, os projetos e os valores para governar São Paulo nos próximos quatro anos. Ele oferece ainda uma visão de futuro da cidade e expressa como São Paulo deve se desenvolver do ponto de vista urbanístico, econômico, social, cultural e ambiental nos tempos vindouros. Apresenta propostas e soluções para os problemas imediatos e indica caminhos do futuro. Resgata, assim, a importância do planejamento, com o objetivo de iniciar um novo ciclo na história política e administrativa da cidade e evitar que o espontaneísmo e a especulação continuem norteando a construção de uma cidade caótica e desequilibrada econômica, social e ambientalmente. Propõe um governo ousado ao apresentar soluções inovadoras, como a do Arco do Futuro, que busca uma redefinição urbanística, econômica e social para São Paulo.

O que quisemos construir com este Programa é uma concepção de cidade, que debateremos com toda a sociedade nestas eleições e que construiremos juntos, de forma democrática no governo, a partir da vitória de Fernando Haddad e das forças políticas e sociais que apoiam a sua candidatura.

A construção deste Programa foi orientada pela convicção de que só a participação democrática será capaz de enfrentar os graves



problemas que a cidade de São Paulo apresenta. Mais de mil militantes, técnicos, ativistas, filiados e não filiados aos partidos da coligação “Para Mudar e Renovar São Paulo” participaram diretamente dos Grupos Temáticos que discutiram e ajudaram a elaborar este Programa. Mais de oito mil pessoas participaram das discussões nos seminários “Conversando com São Paulo” e das caravanas e debates do candidato e dos partidos por vários bairros da cidade e nas 31 Subprefeituras. Queremos agradecer a todos os que participaram deste processo pela dedicação e pelo exemplo de compromisso cívico que deram à cidade.

São Paulo precisa mudar e os paulistanos querem mudança. Querem um prefeito que lidere a cidade rumo a um novo projeto que, temos certeza, está sacramentado neste Programa. Querem um prefeito ativo, enérgico, que projete a cidade no Brasil e no Mundo. Este prefeito será Fernando Haddad que, junto com os partidos e as forças sociais que o apoiam, construirá a unidade da cidade de São Paulo rumo a um futuro melhor.

São Paulo, agosto de 2012

Antonio Donato

Presidente do Diretório Municipal do PT

ARCO DO FUTURO

UM TEMPO NOVO PARA SÃO PAULO

Os números e os mapas dos principais indicadores da cidade de São Paulo mostram uma realidade profundamente desigual e desequilibrada, constituída ao longo do próprio processo histórico de formação da cidade. Poucas autoridades estaduais e prefeitos pensaram e agiram na cidade a partir do uso do planejamento. Muitos dos planos elaborados perderam-se ao longo do tempo, amarelados nas gavetas da burocracia e da ineficiência. Mudar os rumos e os sentidos dessa história não é fácil, mas é a isto que se propõe a candidatura de Fernando Haddad à Prefeitura Municipal de São Paulo.

Todos os mapas de educação, renda, IDH, emprego, vulnerabilidade social e equipamentos e serviços de saúde mostram indicadores acima da média no Centro Expandido da cidade, na média no entorno do Centro e abaixo da média quanto mais as regiões se afastam do Centro – em sentido Leste, Sul e Norte. As regiões Central, Oeste e o início das Zonas Sul e Leste concentram os empregos, os melhores hospitais, as melhores universidades, a renda, a infraestrutura urbana e as oportunidades. Entretanto, não são as mais populosas.

Quando os mapas dos indicadores são sobrepostos, é possível notar uma significativa área de coincidência entre as deficiências educacionais, de renda, de emprego, de saúde e de habitação nos lugares mais afastados do Centro. Além disso, as regiões menos desenvolvidas também são aquelas em que a desigualdade gera mais violência. Embora o Plano Diretor Estratégico, elaborado na gestão Marta Suplicy, já tivesse apontado esta realidade e indicado ações e instrumentos para enfrentá-la, a gestão Serra/Kassab



não implementou a política proposta, baseada no desenvolvimento regional, microrregional e local, para atender as necessidades específicas de cada região e diminuir as desigualdades entre elas.

Os números demonstram que o modelo de desenvolvimento econômico e social de São Paulo continua concentrador e excludente. Se a cidade vem, de modo geral, acompanhando o crescimento econômico do país, a distribuição da riqueza e a situação socioterritorial da cidade não se modificaram. As regiões ricas ficam mais ricas e as regiões pobres continuam pobres. Enquanto o Brasil avançou na redução da pobreza e das desigualdades, Serra e Kassab pouco fizeram em São Paulo para enfrentar este problema.

São Paulo vive a síndrome de Belíndia, concentrando no mesmo território bolsões de riqueza e pobreza. Uma vez que os indicadores de desenvolvimento (PIB; PIB per capita; Índice de Gini e IDH) geralmente são medidos para o município como um todo, o resultado acaba de certo modo mascarando a realidade. A Zona Sudoeste, por exemplo, que tem uma das melhores relações entre população/ área habitada, concentra boa parte da renda e infraestrutura. Parte da população dos municípios da região metropolitana, muitos deles superpopulosos, também gravita por São Paulo – trabalham na cidade e utilizam seus serviços, tornando ainda mais complexa a tarefa de compreender os problemas e propor soluções para os mesmos. Nos distritos, dos extremos Norte, Leste e Sul, o cidadão tem menos oportunidades: estuda menos; desloca-se muito para chegar ao trabalho; ocupa posições subalternas no trabalho e tem menos serviços públicos à disposição.



A TABELA A SEGUIR MOSTRA A RELAÇÃO ENTRE A PROPORÇÃO DE HABITANTES DA CIDADE E A PROPORÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS:

Subprefeitura	Habitantes	Empregos
Sé	3,8%	17,1%
Pinheiros	2,6%	15,0%
Lapa	2,7%	9,1%
Vila Mariana	3,1%	8,5%
Santo Amaro	2,1%	7,7%
Mooca	3,1%	6,7%
Butantã	3,3%	4,5%
Ipiranga	4,1%	3,0%
Vila Maria/Vila Guilherme	2,7%	2,8%
Santana/Tucuruvi	2,9%	2,6%
Jabaquara	2,0%	2,3%
Casa Verde	2,8%	1,9%
Capela do Socorro	5,3%	1,9%
Aricanduva/Vila Formosa	2,4%	1,8%
Itaquera	4,7%	1,7%
Vila Prudente	4,7%	1,7%
Penha	4,2%	1,6%
Campo Limpo	5,4%	1,5%
Pirituba/Jaraguá	3,9%	1,4%
M'Boi Mirim	5,0%	1,2%
Freguesia do Ó/Brasilândia	3,6%	1,0%
Jaçanã/Tremembé	2,6%	0,9%
São Mateus	3,8%	0,8%
Cidade Ademar	3,7%	0,7%
São Miguel	3,3%	0,7%
Itaim Paulista	3,3%	0,6%
Ermelino Matarazzo	1,9%	0,5%
Guaianases	2,4%	0,3%
Perus	1,3%	0,2%
Parelheiros	1,2%	0,1%
Cidade Tiradentes	1,9%	0,1%

Tabela 1. Fontes: RAIS (Prefeitura de São Paulo) e Censo 2010

A tabela mostra que as seis subprefeituras que formam o centro expandido (contornadas pelo minianel viário) concentram 64,1% dos empregos e apenas 17,1% dos habitantes do município. As outras 25 subprefeituras concentram 82,9% dos habitantes e têm apenas 35,9% dos empregos. Além de ser a expressão-síntese de todas as outras desigualdades e desequilíbrios, a tabela é reveladora das razões que fazem São Paulo enfrentar graves problemas de mobilidade, como ruas congestionadas e trabalhadores gastando de



duas a quatro horas para ir e voltar de seus locais de trabalho. Sem equacionar esses desequilíbrios entre moradia e emprego, que agregam também um desequilíbrio de renda, muitos outros problemas da cidade não terão solução.

São Paulo só poderá caminhar de forma esperançosa para o futuro se nas próximas décadas eleger prefeitos comprometidos com políticas públicas de inclusão social e redução drástica das desigualdades e da segregação territorial. Para que São Paulo tenha um futuro adequado, suas várias regiões precisam se desenvolver de forma equilibrada. Somente sob a direção e a coordenação do poder público este processo poderá alcançar êxito.

A formação histórica da desigualdade

Se é verdade que nenhuma cidade consegue ser inteiramente planejada do ponto de vista ideal, pois o processo prático e histórico do seu desenvolvimento, assim como os interesses econômicos e patrimonialistas, comprometem o planejamento, também não deixa de ser verdade que bons administradores, comprometidos com o interesse público e com o futuro da cidade, conseguem garantir implementar planos urbanísticos bem estruturados. Inúmeros exemplos de bons planejamentos urbanos mundo a fora evitaram o advento de problemas futuros em pequenas, médias e grandes cidades.

De modo geral, as cidades brasileiras não foram planejadas. Desde sua origem, foram construídas seguindo a geografia da paisagem, sem rigor, sem racionalização, como observa o historiador Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo não fugiu à regra. Grosso modo, a região onde se localiza foi ocupada segundo a lógica dos interesses privados. No processo histórico de formação da cidade, os setores mais abastados fixaram-se primeiro na colina do centro histórico e, depois, no espigão central onde hoje se situa a avenida



Paulista. As classes trabalhadoras foram ocupando as partes mais baixas, as margens dos rios Tamanduateí e Tietê e as proximidades das antigas estradas de ferro, onde também, mais tarde, se instalariam as indústrias.

Os estudiosos da história de São Paulo mostram que a cidade moderna se constituiu em três fases. A primeira, que vai do final do século XIX até a década de 1940, é a do surgimento de uma cidade concentrada na área hoje conhecida como centro expandido, cujo meio de transporte principal eram os bondes elétricos. Os diversos grupos sociais mantinham determinado convívio, e o que os diferenciava era o tipo de moradia (palacetes, vilas ou cortiços) e sua localização – em espigões ou fundos de vale. O centro histórico concentrava as atividades comerciais e de serviço, enquanto a nascente indústria se localizava ao longo das estradas de ferro, em torno das quais os trabalhadores se alojavam em cortiços e vilas. A elite e a crescente classe média começaram a se estabelecer no quadrante Sudoeste.

O segundo período se situa entre 1940 e 1980 e se caracteriza pelo advento do paradoxo centro-periferia, baseado no “padrão periférico de crescimento urbano” e na priorização dos veículos automotores de uso individual, fomentada pelos investimentos públicos, em obras viárias. Neste período, as classes média e alta, que tinham acesso aos automóveis, trabalhavam e moravam nos bairros centrais e no quadrante Sudoeste, bem dotados de infraestrutura, serviços urbanos e empregos, enquanto que as classes pobres se concentravam em loteamentos e favelas, ainda de pequena dimensão, situados em áreas distantes, carentes de emprego, serviços e infraestrutura urbana. O acesso ao trabalho se dava por meio de um precário serviço de transporte coletivo – ônibus, eventualmente associados aos trens. As indústrias, sem abandonar as antigas localizações, se expandiram para o território metropolitano, em uma nova fase de acumulação de capital.

A terceira fase, que se desenvolve a partir da década de 1980, se caracteriza pelo aprofundamento da pobreza e da desigualdade,

explosiva expansão das favelas e adensamento dos loteamentos periféricos, paralelamente ao surgimento de condomínios fechados de média e alta renda, protegidos por segurança privada e pública e cercados de tecnologia. Esses condomínios instalaram-se nas melhores localizações nos diversos pontos da cidade, impulsionados pela expansão do mercado imobiliário, muitas vezes deslocando a população mais pobre e até mesmo a baixa classe média para áreas periféricas. Para vastos segmentos da população, o automóvel foi se tornando um bem acessível. A partir desse momento, surgiram os imensos congestionamentos que passaram a ser uma marca da cidade. A reestruturação produtiva da indústria levaria a um progressivo abandono das antigas localizações ao longo das ferrovias e a uma drástica redução do pessoal empregado. São Paulo aos poucos transformava-se em uma cidade de serviços.

Desde a década de 1940 até hoje, portanto, São Paulo cresce a partir de um modelo de desigualdade socioterritorial, conhecido como espoliação urbana, no qual o acesso desigual à infraestrutura urbana, a serviços públicos, mobilidade e empregos agrava a exclusão gerada pela baixa remuneração do trabalho. Esse quadro é marcado por um processo de concentração da habitação popular nas periferias desqualificadas. Nos últimos anos, com a retomada do crescimento econômico do País, o aumento do emprego, maior acesso a crédito e implantação de programas sociais, a situação econômica da população melhorou, mas a falta de uma política urbana, fundiária e habitacional no município, associada à intensa especulação imobiliária, agravou a exclusão territorial.

O mais conhecido planejador de São Paulo no século XX, o engenheiro-arquiteto Prestes Maia – que sistematizou estudos anteriores, formulados pelos engenheiros Victor da Silva Freire e João Florence de Ulhôa Cintra –, criou um Plano de Avenidas em 1930. Esse plano, que se concentrou na estruturação viária da cidade, viabilizando a circulação dos automóveis, buscou articular a velha cidade pré-industrial com um novo espaço urbano, anunciando a emergência de São Paulo como cidade industrial,



metropolitana e em expansão. O plano baseava-se em anéis concêntricos em torno do centro e em vias radiais, o que reforçou a estrutura radioconcêntrica da metrópole. Sua implementação, que durou cerca de sessenta anos, instauraria o processo de transição de uma cidade concentrada para uma cidade dispersa.

O ponto de partida do Plano de Avenidas foi a implantação do “perímetro de irradiação”, constituído por meio de um anel viário circulando a colina do centro histórico, e de um centro novo, formado pela Praça da República. Desse anel saíam as artérias radiais direcionadas às várias regiões da cidade. Além desse perímetro de irradiação, criaram-se outros anéis que conformavam já na época um perímetro periférico formado pelas marginais do Pinheiros e Tietê, e que se fechou apenas nos anos 1990, configurando o atual centro expandido.

Embora o plano de Prestes Maia tenha criado uma estrutura viária para a cidade, a ausência de um plano de expansão teve como consequência o crescimento desordenado, gerador de loteamentos clandestinos e irregulares, desembocando no resultado caótico que se presencia hoje, apesar dos inúmeros planos elaborados ao longo de toda a segunda metade do século XX.

É urgente, portanto, repensar o modelo urbanístico da cidade à luz de seus desequilíbrios, suas segregações e sua imobilidade. É preciso induzir um novo modelo de desenvolvimento mais integrador, que reduza drasticamente os desequilíbrios socioterritoriais, atenuar os problemas advindos do passado e previna problemas futuros. Este é um compromisso que a candidatura de Fernando Haddad se impõe em prol dos paulistanos de hoje e de amanhã. O candidato Fernando Haddad e a coalizão de forças políticas e sociais que o apoia acreditam ser possível transformar São Paulo em um lugar viável para se viver e trabalhar – em uma cidade mais civilizada, mais humanizada, mais justa e mais bela.



O ARCO DO FUTURO COMO ELEMENTO ESTRUTURADOR DE UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

O traçado urbano de São Paulo – cidade radioconcêntrica, constituída por um centro do qual divergem ou para o qual convergem várias vias radiais ligadas por artérias circulares ou concêntricas, tal como foi concebida pelo Plano de Avenidas – há tempos deixou de ser funcional para a vida na metrópole. A cidade real se expandiu de forma desordenada, e o desordenamento se sobrepôs ao que havia de planejamento. Com o emprego concentrado no centro expandido e a moradia deslocada para a periferia, onde inexistem postos de trabalho, tornou-se obrigatório para o trabalhador o deslocamento desgastante e demorado. Este é apenas um dos graves problemas de mobilidade que afetam todos os habitantes da cidade.

Um dos aspectos dessa disfuncionalidade reside no fato de que a cidade atual, apesar de ser extremamente expandida, é uma cidade monocêntrica, uma cidade que converge para o seu centro expandido, onde estão os empregos, a infraestrutura e os serviços, tornando-o completamente problemático. Este arranjo sequestra o tempo das pessoas, não mais apenas daquelas que moram na periferia e que perdem várias horas no transporte coletivo, como todos os demais habitantes, que ficam parados no imprevisível trânsito da cidade.

Não é possível pensar um caminho para a necessária mudança de São Paulo sem romper com o modelo monocêntrico. É preciso introduzir na cidade uma estrutura policêntrica, que induza o desenvolvimento econômico e a geração de empregos. É preciso aproximar o trabalho da moradia, com vistas também à sustentabilidade econômica, social e ambiental. O candidato Fernando Haddad propõe que as novas centralidades de São Paulo se distribuam ao longo e no entorno de um Arco, que se tornaria o fio condutor da nova estruturação da cidade, ligada e articulada em rede, em suas principais atividades e funções.



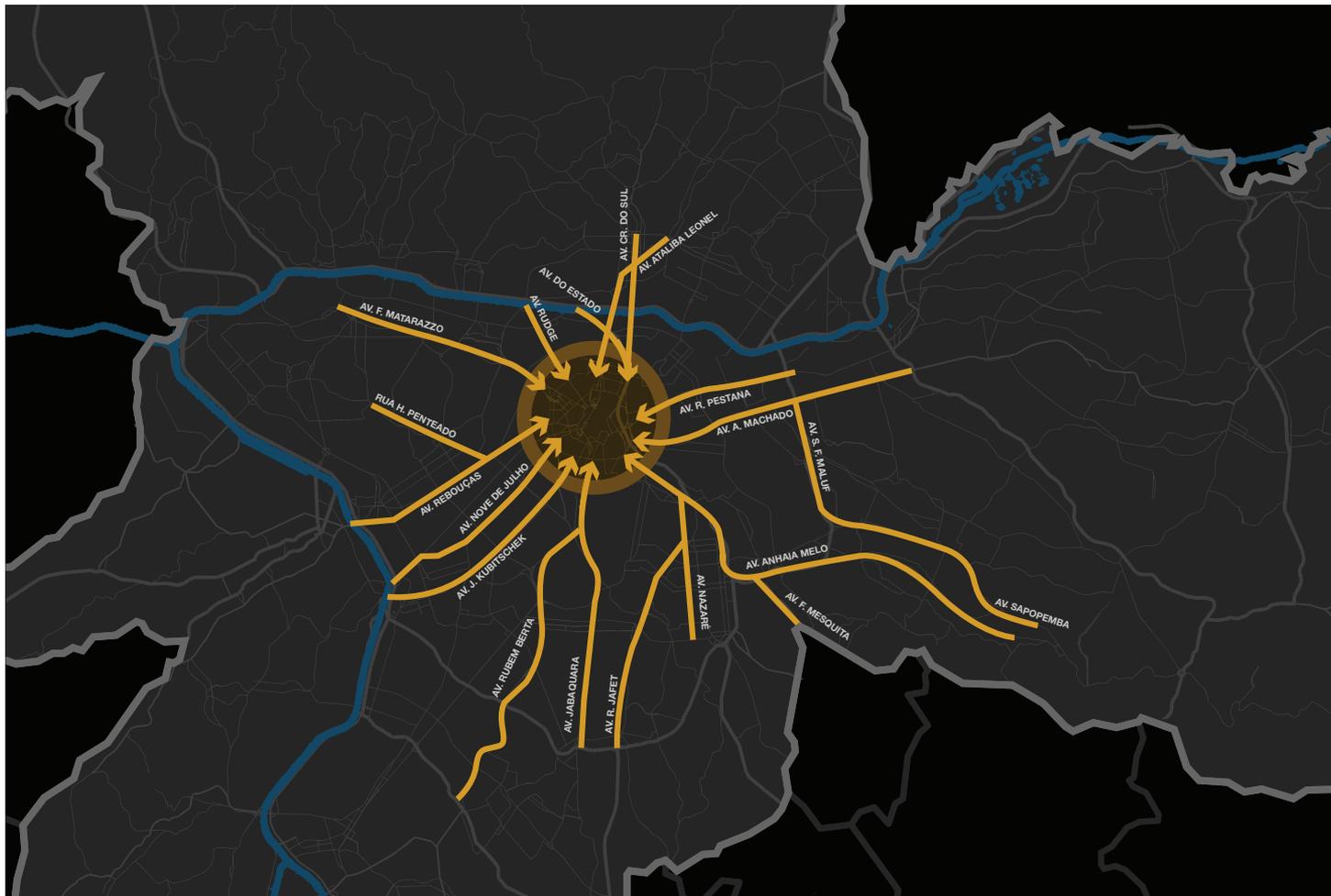


O Arco proposto é formado por uma linha curva irregular, estruturada em torno do centro expandido, e que se alonga em direção à Zona Leste, onde se concentra a maior parte da população. O Arco começa na avenida Cupecê, seguindo pelas avenidas Vicente Rao e Roque Petroni, continua pelas marginais dos rios Pinheiros e Tietê, acompanhando as orlas ferroviárias, adentra pelo extremo norte da Zona Leste, ao longo da ferrovia, até alcançar e percorrer a avenida Jacu-Pêssego até seu limite Sul.

Esta proposta estratégica, concebida para mitigar problemas do passado e garantir o futuro da cidade, oferece várias vantagens. A linha do Arco é constituída por vias largas, nas quais o adensamento é relativamente baixo, com exceção do trecho Oeste, ao longo da Marginal Pinheiros. A linha do Arco é integradora de quase todas as subprefeituras, é confluência das principais estradas que

chegam a São Paulo e se articula com Osasco, Guarulhos e as cidades do ABCD.

A primeira vantagem comparativa que a linha do Arco oferece como “nova fronteira” do desenvolvimento é que ela comporta várias áreas a serem adensadas de forma planejada, o que contribuiria para reduzir a pressão imobiliária e a excessiva verticalização construtiva – com baixa densidade populacional – no centro expandido. A linha permite, assim, uma aplicação parcial do conceito de “cidade compacta”, acompanhada de um planejamento capaz de garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente. Normalmente associado a cidades centralizadas, o conceito de cidade compacta vem sendo cada vez mais utilizado em grandes metrópoles desorganizadas e dispersas. Sua aplicação requer, entretanto, cuidado especial para que não gere e justifique processos



imobiliários meramente especulativos.

Compactar a cidade de forma adequada é o que se pretende com um Arco de desenvolvimento econômico e de estruturação urbana externo ao centro expandido. A verticalização planejada e não especulativa encurta distâncias, reduz o uso do automóvel, o consumo de energia e a poluição do ar, além de favorecer o aumento da permeabilidade do solo. Este conceito se articula com a concepção de cidade sustentável e saudável. As transformações urbanísticas ao longo do Arco deverão atrair estabelecimentos geradores de postos de trabalho. O objetivo é alterar o padrão de ocupação do solo nas extensas áreas marcadamente horizontais que caracterizam a periferia da cidade. A verticalização planejada nessas áreas garantirá também o aumento significativo das áreas verdes, sem perda da densidade populacional.

Para induzir o desenvolvimento em todo o perímetro do Arco, o município oferecerá incentivos em razão inversa à demanda do mercado imobiliário. Desta forma, algumas áreas terão incentivos fiscais e isenção ou redução da outorga onerosa do direito de construir, enquanto outras não terão apoio econômico do poder público. A área ao longo das avenidas Jacu-Pêssego e Cupecê, por exemplo, estará isenta do pagamento da outorga onerosa e será objeto de incentivos fiscais para seu adensamento.

A linha do Arco será um elemento estrutural de reorganização da metrópole, contribuindo para a formação de novas centralidades conectadas com todas as regiões da cidade, com os bairros, com as subprefeituras e com as principais cidades da região Metropolitana. Será uma linha de convergência em dois sentidos opostos: da área intermediária para a linha e dos bairros mais afastados para a linha, num movimento que vai trazendo as bordas da cidade mais para a nova policentralidade linear, alterando o modelo de centralização monocêntrica.

Em termos populacionais, a linha do Arco divide a cidade aproximadamente em duas: mais da metade das pessoas vive no lado externo da linha, enquanto a outra parte vive no lado interno. Hoje grande número de pessoas que moram no lado externo cruzam a linha para ir trabalhar e desenvolver suas atividades no centro expandido – uma das causas do caos no trânsito. Com a estruturação do Arco do Futuro, estas pessoas terão a linha como destino, desafogando o centro. Ao longo do Arco será estimulada a implantação de



atividades econômicas baseadas em trabalho intensivo, além de diversas outras atividades como serviços, cultura, lazer, espaços de convivência, de direitos e de cidadania. O Arco aproximará a cidade, naquilo que ela tem de melhor, aos cidadãos mais necessitados. A constituição do Arco significará uma intervenção de qualificação urbana ao longo das vias estruturais que o integram, como as Marginais, gerando modificações importantes do ponto de vista da mobilidade, do urbanismo e do paisagismo, e levando também o necessário impulso às obras de despoluição dos rios, que poderão incorporar novas funções urbanas, inclusive associadas à mobilidade. Toda a extensão da linha do Arco do Futuro agregará características que os especialistas definem como de cidades sustentáveis. A saber:

- Diversidade de atividades, principalmente em serviços, de modo que as pessoas possam se deslocar a pé para atender suas necessidades;
- Elevada densidade populacional e de postos de trabalho;
- Divisão do solo em pequenas áreas para permitir a viabilização da diversidade de atividades;
- Sistema público de transporte eficaz e de qualidade;
- Aumento das interações sociais e econômicas locais e disponibilidade de espaços públicos para o convívio;
- Alto nível de acessibilidade local e regional;
- Alta conexão de ruas e vias, com ciclovias, calçadas e passeios largos e áreas verdes.

Experiências internacionais e estudos mostram que áreas altamente densificadas e diversificadas, que combinam residências e estabelecimentos de trabalho, são as que mais possibilitam o deslocamento a pé, proporcionando enormes ganhos de tempo, de saúde, econômicos, ambientais e de energia. Isto se confirma no Arco, onde os polos de maior oferta de empregos estarão nos bairros mais afastados do centro, proporcionando o encurtamento de distâncias, agregando mais ganhos em termos econômicos e qualidade de vida. Para dar realidade a este quadro de desenvolvimento urbano sustentável, é imprescindível que o poder público municipal garanta também um sistema público de transportes capaz de desestimular o uso do automóvel.



A combinação de densidade e diversidade no uso do solo urbano representa uma função estruturante no ganho de mobilidade das pessoas na cidade. O Arco, por distribuir centralidades ao longo da sua linha, fará surgir uma cidade policêntrica, com concentrações descentralizadas, evitando, em boa medida, os problemas existentes nas cidades compactas monocêntricas. No que diz respeito à área interna do Arco – o centro histórico, o centro expandido e as áreas consolidadas –, deverá ser repovoada e reestruturada por meio da requalificação de edifícios abandonados, da ocupação de estacionamentos, da qualificação de espaços públicos, da preservação e reabilitação do patrimônio histórico e urbanístico.

A proposta de criação do Arco do Futuro significa um aprofundamento do que foi proposto no Plano Diretor Estratégico (PDE). O PDE propôs a criação de polos de desenvolvimento econômico, situados nas Zonas Leste, Noroeste e Sul, e uma macroárea de reestruturação urbana, que acompanha as orlas ferroviárias e antigas áreas industriais. A concepção do Arco do Futuro articula essas duas propostas, possibilitando maior sinergia entre as diretrizes urbanísticas e o desenvolvimento econômico.

1 - UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO URBANO PARA SÃO PAULO

O processo de construção da cidade de São Paulo não foge ao padrão histórico brasileiro de falta de planejamento, causa do agravamento dos problemas urbanos resultantes da metropolização das cidades na segunda metade do século XX. Nesse processo, os problemas de cunho ambiental e social foram os que mais se agravaram. De modo geral, estão associados a questões relativas ao uso e à ocupação irregulares do solo, muitas vezes por assentamentos habitacionais de populações de baixa renda e pela degradação de ativos naturais como águas e florestas.

A partir da década de 1980, o processo de favelização da cidade de São Paulo se desenvolveu de forma ascendente, de modo que foi se erguendo aqui um aglomerado urbano dual: de um lado, a cidade formal, que concentra os investimentos e a atenção do poder público, nem sempre orientados pelo princípio do interesse público; de outro, a cidade informal, que se expande à margem da legalidade urbana, com o crescimento do número de favelas e loteamentos não regularizados, muitos deles em áreas de proteção ambiental. Este processo aprofundou as diferenças nas condições sociais e ambientais da cidade.

A administração Marta Suplicy avançou muito na construção de um novo modelo de desenvolvimento urbano para a cidade, sintetizado no Plano Diretor Estratégico (PDE), aprovado pelo Legislativo em 2002, e nos planos estratégicos regionais, aprovados em 2004. O PDE definiu objetivos estratégicos e meios para alcançá-los – instrumentos urbanísticos, programas públicos e obras. Definiram-se propostas e objetivos estratégicos que ainda continuam válidos. Paralisado o processo de planejamento da cidade pela gestão Serra/Kassab, perdeu-se praticamente uma década de desenvolvimento urbano, período em que poderia ter ocorrido a necessária mudança nos rumos de São Paulo. Os problemas crônicos da cidade, como a segregação socioterritorial, pioraram, gerando também uma crise ambiental.



A administração de Fernando Haddad promoverá a revisão e implantação do Plano Diretor, com horizonte temporal em 2024, paralelamente ao estabelecimento de um programa de metas a ser cumprido até 2016, de acordo com o que determina a Lei de Metas, inserida na Lei Orgânica do Município. Esse processo deverá incluir, preliminarmente, uma avaliação do atual PDE e ser participativo em todas as suas etapas, de modo a gerar uma proposta pactuada democraticamente com os diferentes segmentos sociais. O Plano Diretor estabelecerá as bases de um novo modelo de desenvolvimento urbano para São Paulo, contemplando, entre outros, os seguintes objetivos gerais:

- Conter o processo de expansão horizontal da metrópole, preservando a macrozona de proteção ambiental e o cinturão verde;
- Reduzir a necessidade de deslocamento, aproximando o trabalho da moradia, com a criação de um Arco de desenvolvimento econômico e urbano entre o centro expandido e a periferia, de modo a reestruturar a lógica de crescimento do município, induzindo-se atividades geradoras de empregos, ao mesmo tempo em que se estimula o uso residencial e o adensamento populacional nas áreas mais consolidadas;
- Garantir que o centro histórico, patrimônio de toda a cidade, seja uma referência exemplar de qualidade urbanística, gestão democrática, integração social, respeito ao meio ambiente e às diversidades;
- Reestruturar, reabilitar e repovoar, através de um programa massivo de habitação social, com acesso a serviços, cultura e oportunidades, as áreas subutilizadas com grande potencial urbanístico, como a orla ferroviária, antigas áreas industriais e trechos estagnados dos bairros históricos;
- Regularizar, urbanizar e qualificar loteamentos irregulares e favelas, garantindo a permanência das famílias residentes no perímetro da área de intervenção ou no seu entorno;
- Qualificar a periferia, valorizar e estimular novas centralidades nas diversas regiões da cidade;
- Preservar os bairros residenciais de classe média protegidos pelo zoneamento e conter, de forma planejada, o adensamento

construtivo e o uso não residencial na área consolidada, que apresenta forte congestionamento viário;

- Regular a promoção imobiliária através da revisão do zoneamento e do código de obras para implementar um novo modelo de ocupação urbana;
- Implementar os instrumentos urbanísticos e fiscais capazes de combater o processo de especulação imobiliária e a valorização do solo urbano, como o IPTU Progressivo no Tempo e Regressivo no Espaço, o Direito de Preempção e a outorga onerosa do direito de construir, além da implementação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Para colocar em prática estes objetivos, serão propostos os programas apresentados a seguir.

A) Programa de Desenvolvimento Econômico Acelerado

Esse programa visa aproximar o trabalho da moradia através da criação de uma área de desenvolvimento econômico acelerado, capaz de impulsionar a dinamização econômica e a geração de emprego, em larga escala, ao longo do Arco do Futuro.

Trata-se de um programa de intervenções urbanísticas, isenções fiscais e estímulo ao investimento para implantação de atividades econômicas privadas baseadas em trabalho intensivo. Os ramos de atividade a serem impulsionados serão definidos em estudos de viabilidade específicos, que vão estabelecer estratégias próprias para o desenvolvimento de cada um dos setores do Arco.

As intervenções urbanísticas visam qualificar as áreas incluídas no perímetro do Arco, criando as condições urbanas, de infraestrutura, de comunicação (como fibra ótica) e de mobilidade necessárias para a implementação da proposta. A isenção fiscal e de outorga onerosa deverá estar condicionada à efetiva criação de empregos. A prefeitura articulará fontes de financiamento externas (de instituições estaduais, federais ou internacionais) capazes de subsidiar a implantação de novas atividades econômicas. Dentre as atividades a serem estimuladas estão a instalação de instituições educacionais como universidades, institutos de pesquisa e centros tecnológicos, que além de qualificarem a população local podem dar suporte tecnológico e de formação de pessoal para impulsionar o Arco.

Como ocorre em qualquer plano estruturador, esse programa levará algumas gestões municipais para se concretizar integralmente,



até que o Arco do Futuro se torne uma realidade. Mas sua implementação precisa ser imediata, priorizando-se o segmento do Arco que apresenta a pior relação emprego/moradia, que é a trama leste, ao longo da Avenida Jacu-Pêssego.

B) Programa de Criação de Novas Centralidades

As regiões externas ao Arco do Futuro se caracterizam por uma grande carência de equipamentos urbanos e serviços públicos e privados, situação que se agrava quanto mais periféricas são estas regiões. Para suprir de maneira planejada essa deficiência e reestruturar o vasto território indiferenciado da periferia, conferindo-lhe identidade, qualificação urbana e novos espaços públicos, propõe-se o Programa de Criação de Novas Centralidades.

A localização precisa das novas centralidades requer estudos mais específicos, que considerem a disponibilidade de áreas ou glebas adequadas, devendo estar próximas a eixos ou estações de transporte coletivo e ligadas ao Arco por vias bem estruturadas.

As intervenções urbanísticas propostas pelo programa abrirão espaços públicos em áreas carentes que apresentem potencial para se tornar centralidades. Ali serão implantados equipamentos sociais municipais (escola, creche, centro cultural, esportivo e de lazer), serviços públicos e privados de necessidade local (Correios, Poupa-Tempo ou centros de cidadania, telecentros, postos de atendimento de cartórios, lotéricas, agências bancárias etc.). Os pavimentos superiores dessas edificações poderão ser disponibilizados para habitações sociais.

Os espaços públicos criados seguirão padrão de qualidade estabelecido pelo Programa de Qualificação de Centralidades Consolidadas, de modo a se tornarem referência na região e ponto de partida para a implementação, em médio prazo, de um programa de qualificação urbana que se estenderá por todo o bairro.

Na medida em que este programa também se articula com a consolidação do Arco de Desenvolvimento, as estratégias relacionadas, como isenções fiscais e de outorga onerosa e estímulos aos investimentos, também serão utilizadas para a consolidação das novas centralidades.

Serão beneficiados por esse Programa os distritos mais carentes da cidade, que integram a Macroárea de Qualificação e Estruturação Urbana definida no PDE, ou seja: Anhanguera, Artur Alvim, Brasilândia, Cachoeirinha, Campo Limpo, Cangaíba, Capão Redondo, Cidade

Ademar, Cidade Líder, Cidade Tiradentes, Cursino, Ermelino Matarazzo, Guaianazes, Iguatemi, Itaim Paulista, Itaquera, Jaçanã, Jaraguá, Jardim Helena, Jardim São Luís, José Bonifácio, Lajeado, Mandaqui, Parque do Carmo, Pedreira, Perus, Ponte Rasa, Sacomã, São Mateus, São Miguel, São Rafael, Sapopemba, Socorro, Tremembé, Tucuruvi, Vila Curuçá, Vila Jacuí e Vila Medeiros. Essa lista de distritos será atualizada na revisão do Plano Diretor e no Plano Plurianual (PPA) com base em informações mais recentes, para identificar outros distritos que precisam ser atendidos.

C) Programa de Qualificação de Centralidades Consolidadas

Esse programa visa valorizar, qualificar e dinamizar os espaços públicos das principais centralidades de cada subprefeitura, ou seja, ruas comerciais ou de grande movimento de pessoas, entorno das estações de metrô, trem e terminais de ônibus, corredores de ônibus, praças, largos e lugares de referência e identidade locais.

Cada intervenção deve merecer um projeto específico, a ser formulado e debatido com a comunidade local, em parceria com associações e entidades capazes de apoiar, inclusive com recursos financeiros, a implantação da proposta. O objetivo é reforçar as qualidades e características de cada região, estimulando a apropriação dos espaços públicos pelos moradores.

Os projetos serão distribuídos por toda a cidade, começando por uma intervenção em cada subprefeitura, incluindo tanto as regiões mais centrais como as mais periféricas. No entanto, na medida em que as centralidades estão localizadas, principalmente, nas regiões mais consolidadas da cidade, esse Programa deve priorizar, sem ser exclusivo, a área interna do Arco do Futuro.

Exemplos de espaços públicos a serem incluídos no programa são, entre outros: Largo 13 de Maio (SP-Santo Amaro), Rua Teodoro Sampaio (SP-Pinheiros), Estação e centro comercial de São Miguel (SP-São Miguel), Praça das Bandeiras e Ladeira da Memória (SP-Sé), ruas comerciais do Brás e Pari (SP-Mooca), da Liberdade e Santa Ifigênia (SP-Sé), entorno do mercado da Lapa (SP LAPA) etc.

D) Programa de estímulo ao uso habitacional em projetos estratégicos de desenvolvimento urbano

A alteração do modelo de desenvolvimento urbano da cidade requer a reversão do atual processo de esvaziamento habitacional do centro expandido e das áreas consolidadas. Se na linha e no entorno do Arco do Futuro o objetivo é priorizar a criação de empregos, e se nas regiões externas o objetivo é qualificar, do ponto de vista urbanístico e de serviços, os bairros carentes da cidade, na região interna do Arco, que já conta com uma significativa concentração de empregos e equipamentos, a prioridade é estimular o uso habitacional. O objetivo é promover adensamento populacional com projetos estratégicos planejados, ao mesmo tempo em que se restringirá o adensamento construtivo nos bairros e regiões já saturadas pela verticalização excessiva. Para alcançar esse objetivo, serão implementados projetos urbanos com ênfase no uso habitacional, localizados, sobretudo nas áreas definidas pelo atual Plano Diretor Estratégico, com eventuais alterações a serem introduzidas na sua revisão, como a macro área de Reestruturação Urbana, com exceção dos trechos que fazem parte da linha e do entorno do Arco do Futuro. As regiões prioritárias para a implantação desse programa reúnem as seguintes áreas: centro, bairros centrais do entorno do centro histórico, áreas industriais e orla ferroviária ao longo da antiga Estrada de Ferro Santos- Jundiaí(EFSJ), alguns grandes vazios urbanos no centro expandido e entorno e alguns corredores de transporte coletivo.

Essas áreas incluem alguns projetos que estão, no momento, sendo elaborados ou em processo de aprovação, como a Operação Urbana Brás-Lapa, a Operação Urbana Mooca-Vila Carioca, o Projeto Nova Luz e a Operação Urbana Vila Sonia. Esses projetos deverão ser revistos e implementados, não necessariamente como operações urbanas, com base em novas diretrizes.

Outras áreas estratégicas poderão ser objeto de intervenção, com projetos e diretrizes específicas, como, entre outros, o Pátio do Pari, o Campo de Marte, a área do Ceagesp e outras cuja destinação deverá ser objeto de um amplo debate público. Qualquer intervenção deverá contemplar, mesmo que subsidiariamente, o uso residencial. Nessas áreas, serão realizadas transformações urbanísticas estruturais.

Será necessário rever todas as intervenções e operações urbanas e viárias em projeto ou em andamento que não tenham sido amplamente debatidas com a sociedade ou que não estejam de acordo com as diretrizes a serem adotadas neste programa:



- Garantir que a população de baixa e média renda já moradora seja mantida no local; prever a produção de Habitação de Interesse Social (HIS) para reverter o processo de periferização da moradia popular e da classe baixa média;
- Prever o adensamento populacional urbanisticamente planejado, de modo a garantir a qualidade dos espaços públicos e do meio ambiente, condicionado a investimentos em transporte coletivo de massa;
- Articular os planos e projetos urbanos com a Política de Preservação do Patrimônio Histórico e Ambiental, incluindo os bens culturais e valores ambientais definidos pela sociedade em geral e pelas comunidades locais em particular, como pontos de referência e identidade;
- Revitalizar, recuperar e/ou criar espaços públicos de qualidade;
- Utilizar instrumentos urbanísticos de revitalização adequados e que não gerem efeitos colaterais indesejados como, por exemplo, a gentrificação, isto é, o enobrecimento de locais anteriormente degradados e populares;
- Discutir e rever os modelos de densidade de ocupação populacional (e não apenas construtiva) nos projetos urbanos, para garantir adensamento onde existe infraestrutura e evitar a ampliação de ocupação de áreas frágeis e ambientalmente protegidas;
- Restringir o adensamento construtivo, em especial o realizado lote a lote, nos bairros consolidados de classe média no quadrante sudoeste, já excessivamente saturados, buscando preservar a identidade local.

A implementação deste programa global de reestruturação urbana se articula com as estratégias de desenvolvimento econômico e social expostas a seguir, configurando um plano de ação para um novo tempo na cidade de São Paulo.



2 - POLÍTICA HABITACIONAL E FUNDIÁRIA

A Política Habitacional e Fundiária contempla os seguintes objetivos gerais:

- Implantar programa de produção e acesso à moradia na região central e consolidada;
- Promover parceria com o programa Minha Casa Minha Vida;
- Ampliar o programa de urbanização e regularização de favelas e loteamentos irregulares, inclusive em áreas de mananciais passíveis de regularização, garantindo a permanência das famílias na própria região;
- Formar um estoque de terrenos e glebas destinados à produção de Habitação de Interesse Social;
- Utilizar os instrumentos urbanísticos e fiscais previstos no Estatuto da Cidade e no PDE que garantam o estoque de terras;
- Priorizar a construção de novas habitações não somente em regiões de maior déficit habitacional como também em locais já dotados de serviços urbanos, equipamentos públicos e opções de lazer e, se possível, próximos aos postos de trabalho;
- Criar programa de acompanhamento de pós-ocupação, por meio de uma política de assistência social, jurídica, econômica e de gestão condominial;
- Atuar para evitar despejos, reintegrações de posse e outras formas de remoções forçadas de moradores, promovendo antes negociações e diálogo com os segmentos envolvidos;
- Promover a integração da política habitacional àquelas de educação, saúde, geração de emprego, transporte e mobilidade urbana.

A) Programa de Produção de Unidades Novas de Habitação de Interesse Social

O programa tem por objetivos:

- Concentrar os recursos municipais no atendimento a famílias que se encontram na faixa de renda de zero a três salários mínimos;
- Articular o programa municipal com o Programa Minha Casa Minha Vida e com os demais programas estaduais e federais de produção habitacional;
- Optar preferencialmente por edificações verticais, de dimensões compatíveis com o tamanho e o perfil das famílias, e com uso misto (habitação, comércio, serviços), como forma de otimizar a utilização dos terrenos disponíveis;
- Organizar a composição dos condomínios a partir de critérios de diversidade: selecionar famílias com perfil heterogêneo de renda, origem, tamanho, faixa etária, incluindo em especial aquelas em que haja parentes idosos e portadores de deficiências;
- Estimular a participação de associações e cooperativas populares na produção habitacional, retomando o programa de empreendimentos autogeridos e mutirões;
- Limitar o tamanho do condomínio, priorizando a construção em terrenos menores, de modo a pulverizar a produção habitacional por todo o território da cidade;
- Assentar todas as famílias que atualmente se encontram nos programas de bolsa-aluguel e outros programas de atendimento habitacional provisório similares, herdados do atual governo;
- Reformar, requalificar o uso e utilizar para fins habitacionais edifícios localizados no centro histórico.

Estão previstas as seguintes modalidades de promoção:

- Produção direta pela prefeitura: preferencialmente em projetos de reestruturação de áreas ociosas e no Programa Novas Centralidades, no qual serão produzidas unidades habitacionais para usos mistos;



- Produção de habitação por autogestão e/ou mutirão, quando as famílias o desejarem;
- Parceria com a iniciativa privada para produção de Habitações de Interesse Social, através de programas federais e estaduais de financiamento e subsídio;
- Locação Social, para demandas específicas (idosos, população em situação de rua, trabalhadores de baixa renda nas áreas centrais), integrada a outras políticas de assistência social, saúde, qualificação profissional etc.
- Auxílio-aluguel como alternativa provisória de moradia para casos que necessitem de atendimento emergencial não programado – situações de risco, calamidades e remoção de moradores para execução de obras de urbanização.

A proposta para o período 2013/2016 é produzir 55 mil unidades novas, objetivo bastante ousado frente à baixa produção dos últimos anos.

B) Programa de Urbanização de Favelas

São objetivos do programa:

- Consolidar a inserção das favelas no processo de planejamento da cidade, incluindo-as na legislação, nos programas sociais, nos mapas e cadastros relativos ao controle do uso e ocupação do solo, assim como na programação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos públicos;
- Criar na favela condições urbanísticas para viabilizar a prestação de serviços públicos, particularmente de saúde, segurança, limpeza e infraestrutura urbana;
- Implementar obras de engenharia e/ou remoção de moradias com o objetivo de eliminar situações de risco;
- Introduzir na favela valores urbanísticos da cidade formal, como ruas, praças, infraestrutura e serviços públicos, proporcionando sua transformação em bairro da cidade;
- Abrir espaço para implantação de equipamentos urbanos, praças, áreas livres e de lazer, aproveitando as obras de desadensamento;



- Através do uso da cor e da comunicação visual, criar marcas de identidade que acentuem o caráter da mudança e que possam ser usadas em outras intervenções;
- Promover o parcelamento da área, consolidando o maior número possível de lotes já demarcados.

Com o programa, pretende-se implantar, até 2016, todos os projetos de urbanização previstos no Renova São Paulo, correspondentes a 22 perímetros, atendendo 70 mil famílias. Propõe-se também realizar projetos de urbanização em perímetros que correspondam ao atendimento a outras 70 mil famílias, viabilizando o início das obras até 2016.

C) Programa de Regularização Fundiária de Favelas e Loteamentos

Os objetivos do Programa são:

- Ampliação do acesso da população de baixa renda à terra urbanizada e regularizada, assegurando sua permanência na área ocupada, com melhoria das condições de habitabilidade e sustentabilidade urbanística, social e ambiental;
- Articulação com as políticas setoriais de habitação, meio ambiente, saneamento básico e mobilidade urbana;
- Participação dos interessados em todas as etapas do processo de regularização;
- Estímulo à resolução extrajudicial de conflitos;
- Concessão do título de propriedade preferencialmente para as mulheres.

Com o programa, pretende-se alcançar a meta de 200 mil famílias beneficiadas com a regularização fundiária, incluindo loteamentos irregulares e clandestinos, favelas e conjuntos habitacionais.

O programa prevê as seguintes ações:

- Realizar revisão das leis vigentes de regularização de parcelamentos e adequação em face da Lei Federal nº 11977/2009,

Lei MCMV e suas posteriores alterações;

- Garantir a aplicação das modalidades de usucapião: elaboração de planta de urbanização; convênio para assistência técnica

e jurídica com Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), fundações, universidades e outros; parceria com moradores, proprietários e agentes envolvidos na regularização;

- Usar o peso institucional e político do Executivo municipal de São Paulo para realizar gestão junto aos órgãos ambientais estaduais, ao poder judiciário e ao serviço de registro de imóveis para garantir o cumprimento da Lei do Programa MCMV.

D) Programa Mananciais

O programa visa urbanizar e regularizar assentamentos precários e/ou informais (favelas, núcleos urbanizados, loteamentos irregulares) situados nas áreas de proteção ambiental das bacias hidrográficas Guarapiranga e Billings. Será executado em sintonia com os objetivos da política de saneamento e meio ambiente, sobretudo no que se refere à potabilidade da água que abastece estes dois sistemas produtores da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Além de promover a qualificação urbanística e o reconhecimento formal dos assentamentos, buscará garantir a melhoria da qualidade de vida da população moradora, assegurando, conforme as diretrizes do PDE, que ela permaneça na região. Os domicílios situados nos perímetros de intervenção deverão ser integrados aos sistemas de infraestrutura urbana e regularizados junto aos cartórios de registro de imóveis.

E) Programa de Requalificação de Cortiços

Este programa visa requalificar as moradias multifamiliares, incentivando a regularização de contratos e dotando as edificações de condições mínimas de salubridade, ventilação, iluminação e segurança física, conforme parâmetros estabelecidos na Lei Moura, Lei Municipal de 1991, que exige padrões mínimos de habitabilidade em habitações coletivas de aluguel, mas que precisa ser atualizada e adequada aos conceitos de moradia digna definidos no Estatuto da Cidade, na Política e Plano Nacional de Habitação e no Plano Diretor Estratégico do Município.



O programa deve ser implementado em conjunto com as subprefeituras, integrando suas ações aos demais programas habitacionais, em especial ao programa de produção de unidades novas em áreas centrais, alternativa mais consistente do que a mera reforma do cortiço.

F) Programa de Orientação Técnica para Construção e Reforma da Moradia Própria

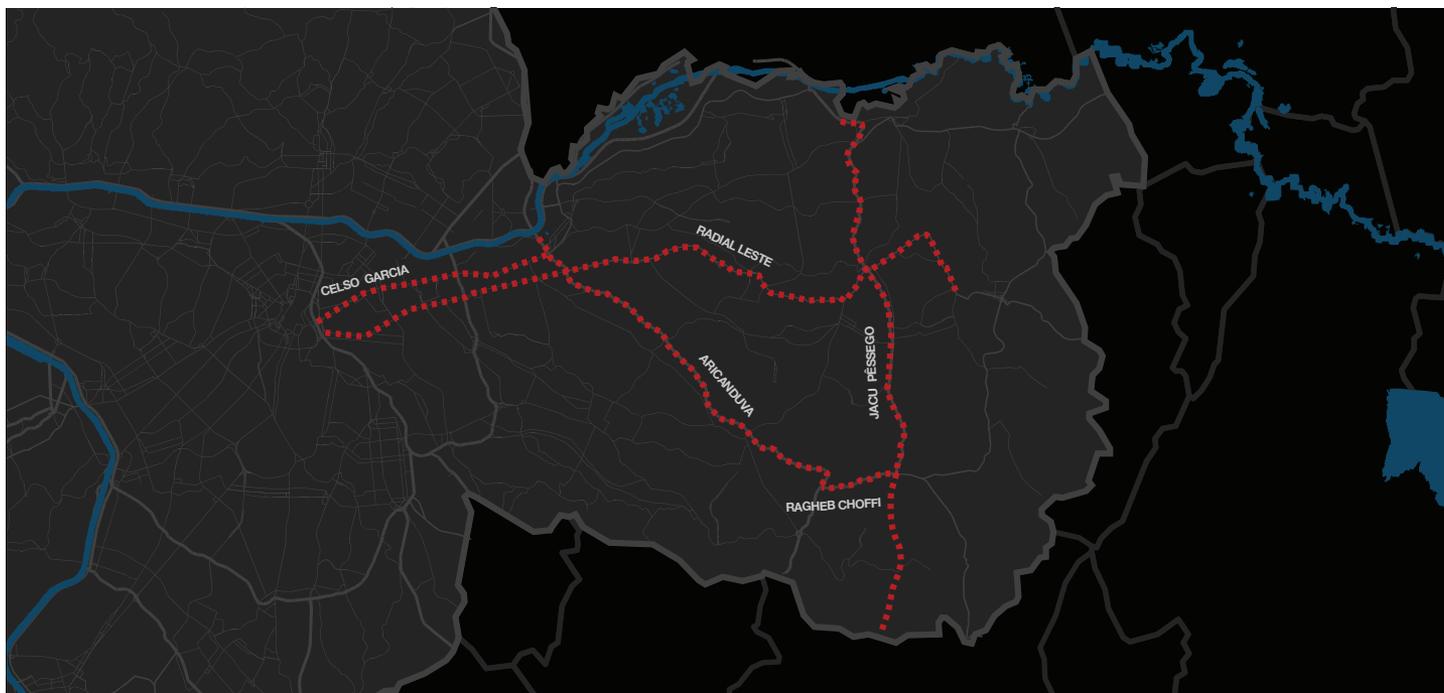
Este programa visa assegurar às famílias de baixa renda orientação técnica pública e gratuita para o projeto de construção de habitações. Esta ação tem respaldo no direito social à moradia, previsto na Lei Federal nº 11888/2008. Em São Paulo, será necessário aprovar e regulamentar a orientação técnica pública e gratuita, já encaminhada pelo PL nº 276/2009. Também será preciso criar um cadastro de profissionais de arquitetura, urbanismo e engenharia com comprovada experiência na assessoria técnica à população de baixa renda em processos autogestionários e fomentar a criação de programas de “residência” em Urbanismo, Arquitetura, Geografia e Engenharia nas universidades localizadas no município.

3 - MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE PÚBLICO

Transporte Coletivo - Sistema Municipal

A) Programa de Construção de Novos Corredores e Faixas Exclusivas para Ônibus

- Recuperação dos atuais corredores de ônibus;
- Construção de 150 quilômetros de novos corredores, dentre os quais Celso Garcia, Ragheb Chohfi, Radial Leste, Aricanduva e Jacú Pêssego que atenderão a Zona Leste;
- Implantação de 150 quilômetros de faixas exclusivas para ônibus.



Novos corredores de ônibus Zona Leste

B) Programa de Requalificação da Operação da Rede de Transporte:

- Adequação do tipo de veículo ao perfil de demanda de cada ligação ou corredor;
- Revisão da rede atual, com a eliminação da sobreposição de oferta nos eixos radiais e fortalecimento da oferta nos eixos perimetrais;
- Prioridade à operação dos corredores;
- Integração dos centros de controle de transporte (SPTrans) e de trânsito (CET), que atuarão no sentido de poupar os ônibus dos congestionamentos;
- Ampliação da oferta de serviços nos finais de semana e à noite, com linhas 24 horas e evitando que o usuário espere pelo transporte por longos períodos;
- Adoção de um serviço de informações ao usuário que realmente o oriente em sua viagem;
- Promoção do uso de energias renováveis e substituição gradual dos combustíveis fósseis por outros com menor potencial de emissão de gases de efeito estufa e da poluição atmosférica em geral.

C) Política Tarifária do Transporte Coletivo

A gestão avançará na política tarifária ao adotar modelo de cobrança consagrado na maior parte das grandes cidades do mundo. O usuário do transporte terá a possibilidade de adquirir créditos com validade temporal de um dia, uma semana ou um mês. Com esse tipo de política de tarifação o Bilhete Único atenderá especialmente a parcela de usuários que pagam a tarifa com seu próprio dinheiro e que, por conta disso, não dispõem de qualquer tipo de subsídio, como os que atingem os usuários que têm direito ao vale-transporte e os estudantes;

- Adoção de Bilhete Único Diário, Semanal e Mensal. Com validade temporal definida, o Bilhete Único permitirá que o usuário realize tantas viagens quantas deseje nesse período de tempo, e ainda tenha descontos maiores quanto mais longo for o período adquirido.

Transporte Coletivo - Sistema Metropolitano

A) Implementação de mecanismos que possibilitem a gestão do transporte a partir de uma visão metropolitana, ou seja, de modo que o planejamento e as decisões relacionadas aos investimentos e à organização das redes envolvam todos os gestores dos modais existentes na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), obedecendo a critérios que tragam sempre os melhores resultados sob a ótica dos usuários;

B) Suporte financeiro à implantação de novas ligações da rede de metrô. A Prefeitura, na gestão de Fernando Haddad, aportará recursos significativos e regulares para esse modal de transporte, condicionados, todavia, a um entendimento prévio com o Governo do Estado quanto à melhor alocação. Dentre os critérios de alocação de recursos a serem seguidos estão:

- Ampliação da área de cobertura da rede de metrô;
- Formação de malhas de atendimento;
- Viabilização de ligações perimetrais para interligação dos eixos radiais fora da região central;
- Apoio à construção de novas linhas de metrô que atendam as seguintes regiões: Pirituba, Cerro Corá, Lapa e Jardim

Ângela.

C) A Prefeitura de São Paulo avançará em seu relacionamento institucional com o Governo Federal, especialmente no que tange à obtenção de apoio, inclusive financeiro, para implementação de seus investimentos e programas;

D) A Prefeitura promoverá entendimentos com a CPTM para incrementar a conexão ferroviária ao longo do Arco do Futuro.

Trânsito - Pedestre

A) Ampliação para toda a cidade do programa de proteção ao pedestre;

B) Criação do programa de recuperação das calçadas “Caminho Seguro”.

Fiscalização e Restrição

- A) Redução de velocidade máxima nas vias arteriais, vinculada à implantação de ciclofaixas;
- B) Aumento da quantidade de equipamentos de controle de velocidade de motocicletas;
- C) Ampliação da fiscalização do cumprimento da Lei Seca, em parceria com a Polícia Militar.

Educação

- A) Aprimorar e ampliar os cursos de aperfeiçoamento para motofretistas;
- B) Levar a educação de trânsito para todas as escolas públicas, com ênfase na segurança do pedestre;
- C) Retomar o programa “Escola”, com melhoria da sinalização no entorno dos prédios e criação de programa de orientação de entrada e saída de alunos;
- D) Investir em campanhas para a criação de valores na sociedade, pautados no respeito às leis e na proteção da vida, em especial dos mais frágeis;
- E) Investir em campanhas educativas permanentes que abordem os principais fatores de risco no trânsito: álcool, velocidade excessiva, avanço de sinal e desrespeito ao pedestre.

Engenharia e Sinalização

- A) Recuperar, expandir e modernizar os equipamentos de gestão e fiscalização;
- B) Implantar semáforo para pedestres em todos os cruzamentos de maior fluxo e faixa de pedestres nas ruas em que ela não existe;
- C) Incluir obrigatoriamente, quando da criação ou alargamento de vias, a construção de calçadas adequadas e faixas exclusivas para o transporte coletivo.
- D) Investir na modernização e manutenção adequada do sistema semaforico da cidade;

E) Promover estudo sobre o tráfego local e reordenar os fluxos viários em função do aumento da circulação de veículos nas regiões da cidade.

Estacionamento

A) Estabelecer política de estacionamento integrado com o transporte coletivo, por meio da utilização do Bilhete Único em áreas próximas aos terminais, corredores de ônibus e estações de metrô ou trem localizadas na periferia ou nas bordas do centro expandido:

- Criar postos de venda de zona azul que permita o pagamento da tarifa de estacionamento integrado com o transporte coletivo por meio do Bilhete Único
- Estabelecer convênios e parcerias com estacionamentos privados de forma a providenciar tarifas de integração com transporte coletivo competitivas e viabilizar o pagamento por meio do Bilhete Único

Regulação

A) Rever os critérios de emissão de certidão de liberação de Polos Geradores de Tráfego, impedindo o funcionamento de empreendimentos sem que sejam adotadas todas as medidas previstas.

Obras para a melhoria do trânsito e estruturação do Arco do Futuro

- Construção de apoio norte à Marginal do Tietê;
- Construção de apoio sul à Marginal do Tietê;
- Prolongamento da Av. Chucri Zaidan;
- Construção de viaduto ligando os dois lados da Raimundo Pereira Magalhães;
- Criação de alça na ponte do Aricanduva, viabilizando mais um acesso ao bairro da Penha;

- Alargamento da Av. Dona Belmira Marim;
- Alargamento da Estrada do M'Boi Mirim;
- Duplicação da Estrada do Alvarenga;
- Prolongamento da Av. Carlos Caldeira Filho;
- Execução das obras viárias licitadas nas gestões anteriores;
- Execução das obras viárias previstas em editais das gestões anteriores.
- Construção de túnel que interligará a Av. Jornalista Roberto Marinho com a Rodovia Imigrantes.

Bicicleta

- A)** Criar uma rede de vias cicláveis, o que inclui ciclovias, ciclofaixas, faixas compartilhadas e rotas operacionais;
- B)** Será implantado um sistema cicloviário composto por uma rede viária conexa e contínua para a circulação segura das bicicletas;
- C)** Haverá sinalização viária específica, normas de prioridade e circulação, infraestrutura e equipamentos para o estacionamento e guarda de bicicletas junto aos principais centros de destino das viagens, às estações e terminais de transporte público;
- D)** Será criado também um sistema de reserva de vagas com paraciclos nas áreas de Zona Azul dos subcentros e centros regionais;
- E)** Onde couber, o sistema cicloviário municipal procurará se articular com o sistema viário dos demais municípios da RMSP, reforçando a visão metropolitana que orienta a elaboração do programa;
- F)** A bicicleta merecerá atenção em todas as campanhas educativas de trânsito, e a Prefeitura irá incentivar seu uso por meio de sistema de empréstimo e compartilhamento, gerenciado através do Bilhete Único.

Transporte de Carga

Articular um plano municipal de logística urbana baseado nos seguintes princípios:



- Garantir o abastecimento, a distribuição de bens, serviços e o escoamento da produção;
- Reduzir os conflitos de circulação de pessoas, bens e serviços;
- Reduzir os impactos da passagem dos veículos de transporte de cargas no trânsito.

A) Criação de uma área técnico-administrativa dentro da estrutura da Secretaria Municipal de Transportes (SMT) para tratar de maneira sistemática todos os assuntos que dizem respeito à logística da cidade;

B) Criação de miniterminais de carga, que serão equipamentos de logística urbana, localizados em áreas estratégicas, a exemplo dos centros logísticos articulados com o CEAGESP, destinados ao abastecimento do comércio varejista em áreas adensadas.

Fretamento

A) Na gestão municipal de Fernando Haddad será implementada uma revisão da regulamentação existente sobre o setor, ampliando a articulação com os serviços do sistema de transporte coletivo de passageiros. Este Programa reconhece a importância do fretamento como modo coletivo que pode vir a promover menor utilização do automóvel.

Táxi

A) A Prefeitura ampliará os pontos de táxi nos bairros, de forma a garantir o serviço ao cidadão. Ao mesmo tempo, debaterá com a categoria meios de ampliar o serviço de rádio-táxi, o que tornará a atividade mais eficiente, com redução de desperdício de combustível, e trará maior segurança para o taxista e para o usuário.

Transporte Escolar Gratuito

A) A gestão resgatará os princípios adotados na implantação do programa Vai e Volta, da administração Marta Suplicy, com destaque o apoio logístico às atividades do programa Mais Educação.



Acessibilidade para Pessoas com Mobilidade Reduzida

- A)** Será implantada uma política pública extensiva para garantir acessibilidade universal à toda a frota de ônibus municipal e demais equipamentos urbanos de transporte, terminais, estações de transferência e travessias de pedestres;
- B)** A gestão Fernando Haddad iniciará a implantação de uma rede de transporte especial que leve a pessoa de sua casa até um ponto de acesso da rede de transporte público e, no retorno, até a residência, com horários programados, minimizando dificuldades no caminho, tais como calçadas inadequadas e trechos íngremes;
- C)** Todos os equipamentos urbanos de transporte serão adaptados a portadores de deficiências até 2014, em respeito à legislação federal que trata do assunto.

4 - SAÚDE

Gestão do Sistema

Modelo institucional de gestão e controle social

- A)** Reorganizar a gestão da saúde municipal, promovendo a efetiva descentralização, com transferência de recursos e poder para unidades regionais da Secretaria Municipal de Saúde (SMS-SP), de modo a criar unidades ágeis, executivas e com poder de ação;
- B)** Garantir participação dos trabalhadores e da população na gestão, fortalecendo o controle social exercido pela Conferência Municipal de Saúde, pelos Conselhos Gestores e Conselho Municipal de Saúde;
- C)** Defender e valorizar o papel e a autonomia das instâncias de controle social e adotar medidas visando a revogação do Decreto nº 52.914/2012, que adultera a livre participação;
- D)** Retomar, sem prejuízo dos condicionantes contratuais legais e após providências administrativas necessárias, a direção pública da gestão regional e microregional do sistema municipal de saúde;
- E)** Reforçar a gestão pública dos serviços públicos municipais de saúde e, gradativamente, a direção das unidades de saúde estatais do município, mediante processo que assegure:
- Quadro de servidores municipais contratados por meio de adequados processos seletivos públicos, que atenda ao quantitativo de trabalhadores de saúde necessários aos serviços;
 - Aprofundamento do processo de controle social do SUS no âmbito da gestão dos serviços e instituição de processos de gestão participativa;
 - Cumprimento dos princípios da administração pública da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.



- F) Adotar alternativas organizacionais da administração pública indireta como mais um caminho para viabilizar, agilizar e proporcionar abrangência ao processo de retomada da gestão pública da saúde;
- G) Assumir e estruturar o sistema municipal de regulação do acesso, incluindo todos os serviços do SUS que tenham como missão fundamental a assistência no âmbito municipal, incluindo nessas condições os que hoje estão sob gestão do Estado ou que venham a ser municipalizados, conforme definido nas normas do SUS e previsto no Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos;
- H) Desenvolver iniciativas visando à municipalização, com respectiva transferência dos recursos financeiros, dos hospitais gerais e dos ambulatórios que tenham papel assistencial municipal, mas que hoje se encontram sob a gestão do Estado;
- I) Adotar parceria com entes privados sempre que necessária para a complementação da prestação de ações e serviços, conforme previsto na Constituição Federal.

Planejamento, organização e avaliação do sistema municipal

- A) Organizar e integrar os serviços de saúde, estruturando Redes Regionais de Atenção, considerando o processo geral de regionalização da administração municipal;
- B) Adotar o planejamento regional integrado e ascendente, de modo a incorporar as estratégias e os instrumentos do planejamento do SUS, previstos no Decreto Federal nº 7.508/2011: Mapa de Saúde Regional, Programação Geral das Ações e Serviços de Saúde com base na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (Renases), na Relação Nacional de Medicamentos (Rename) e no Quadro de Metas;
- C) Estabelecer sistema de avaliação e monitoramento voltado para efetividade e eficiência das ações, apoiado na integração e unidade do sistema, garantindo autonomia de gestão para as equipes dirigentes dos serviços com responsabilização pelo desempenho;
- D) Valorizar as instâncias e comissões intergestores do SUS e a participação no planejamento e execução das políticas públicas de saúde no âmbito da região metropolitana;
- E) Contribuir e participar do esforço nacional pela estruturação do SUS, prevista no Decreto nº 7.508/2011, empenhando-se na



consolidação da Região de Saúde no âmbito municipal;

F) Implementar as instâncias e ações de controle, fiscalização e auditoria sobre os contratos de gestão de serviços, convênios e parcerias existentes, as quais, ainda que previstas em lei, não vêm sendo efetivadas;

G) Desenvolver política de comunicação que informe adequadamente a população sobre os serviços e ações ofertados pelo sistema municipal e suas prioridades, de modo a propiciar melhor utilização dos serviços de saúde e maior participação e controle social;

H) Apoiar a fiscalização da saúde suplementar, a defesa do cidadão quando da sua relação de beneficiário com seu plano privado de saúde e as ações necessárias ao ressarcimento dos planos privados ao SUS, no âmbito municipal.

Financiamento

A) Garantir recursos necessários e adequados ao financiamento do sistema municipal de saúde, com a participação e o compromisso das três esferas de governo na elevação das parcelas de recursos hoje transferidas pela União e pelo Estado;

B) Implementar o Fundo Municipal de Saúde, hoje em situação irregular, subordinado à Secretaria Municipal de Saúde (SMS/SP), cumprindo os regramentos do SUS e as determinações do Tribunal de Contas do Município (TCM).

Gestão do trabalho e da educação em saúde

A) Definir política de gestão do trabalho visando a valorização dos trabalhadores da saúde, garantindo condições salariais adequadas, ascensão profissional segundo planos de carreira, democratização das relações de trabalho, por meio de negociações com entidades representativas dos trabalhadores da saúde e fortalecimento da mesa permanente de negociação;

B) Definir política de pessoal da saúde, reafirmando a adoção legal de processos de contratação, com adequada seleção pública e de acordo com as diretrizes do SUS;

C) Criar plano de carreira para os médicos que atuem no município, garantindo aos profissionais possibilidades de comporem

jornada de trabalho em diferentes tipos de serviço;

- D)** Articular medidas visando superar o desequilíbrio de provimento dos profissionais de saúde, nos diferentes serviços e regiões do município;
- E)** Criar oportunidades de formação e incorporar a educação permanente como estratégia de aperfeiçoamento institucional da gestão e dos processos de trabalho em saúde;
- F)** Garantir aperfeiçoamento técnico e pedagógico dos profissionais que desenvolvem atividades de ensino nos serviços, valorizando e reconhecendo formalmente esta atividade;
- G)** Criar na SMS-SP área responsável pela política de gestão do trabalho e da educação em saúde, que articule as negociações com os trabalhadores e integre a Escola Municipal de Saúde e as Escolas Técnicas do SUS, recuperando toda a experiência acumulada com o Centro de Formação (CEFOR);
- H)** Fortalecer a articulação com a Comissão Permanente de Integração Ensino-Serviço (CIES) e implementar programas e ações apoiados pelo Governo Federal, em especial, a Política Nacional de Educação Permanente, o Telessaúde e o UnA-SUS;
- I)** Aprimorar o processo de integração com as instituições de ensino superior e técnico, favorecendo maior contribuição dessas entidades na qualidade da assistência, na educação permanente, na gestão dos serviços de saúde, nas programações do plano municipal de saúde e no desenvolvimento de pesquisas.

Estruturação e Desenvolvimento dos Serviços em Rede de Atenção

- A)** Atenção básica estruturada como primeiro nível de atenção e porta preferencial de entrada no sistema, que cubra toda a população, integrando e coordenando o cuidado;
- B)** Prestação de serviços especializados em lugar e tempo adequado;
- C)** Existência de mecanismos de coordenação e continuidade do cuidado;
- D)** Sistema de governança único para toda a rede com o propósito de articular as políticas institucionais e desenvolver a capacidade

de gestão necessária, com participação social ampla;

E) Gestão integrada dos sistemas de apoio administrativo, clínico e logístico – regulação e transporte sanitário;

F) Sistema de informação integrado que vincule todos os membros da rede, com identificação de dados por sexo, idade, lugar de residência, origem étnica, entre outros;

G) Ação intersetorial de promoção da saúde, atuando sobre os determinantes da saúde, segundo o princípio do conceito ampliado de saúde e da equidade nas ações.

Atenção básica de saúde

A) Garantir gradualmente nas UBS sistemática permanente de atendimento não agendado. Fortalecer e valorizar as equipes das UBS. Completar o quadro profissional das UBS e equipes de saúde da família. Retomar gradualmente a atividade de médicos gineco-obstetras, clínicos e pediatras, incorporando-os aos processos de trabalho da UBS, valorizando a atividade de todos os profissionais com a comunidade e a responsabilização por seu território;

B) Garantir acesso resolutivo em tempo oportuno e com qualidade, articulando as UBS à rede de atenção, para que possam executar o papel de coordenação do cuidado, visando à integralidade da atenção;

C) Criar sistemática a fim de garantir, sempre que necessário, que haja continuidade do cuidado, operando localmente na UBS um sistema municipal único de regulação, informatizado e ágil;

D) Ampliar as ações de promoção à saúde com a comunidade, em articulação com as áreas de esporte, lazer, cultura, educação, assistência social e meio ambiente;

E) Integrar programas e linhas de cuidado, especialmente para os idosos e para os portadores de hipertensão arterial, diabetes, asma, lombalgia, cialgia e obesidade;

F) Qualificar e preparar toda a equipe da UBS para a atenção integral à saúde do idoso e das populações de maior vulnerabilidade;



- G)** Implementar gradualmente na UBS a saúde bucal com atenção modular multiprofissional e as ações de promoção da saúde bucal nas escolas e na comunidade;
- H)** Implementar equipes e cuidados em saúde mental nas UBS apoiadas por matriciamento realizado pelas equipes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS);
- I)** Articular a atenção básica com a atenção pré-hospitalar, com os prontos-socorros isolados ou intra-hospitalares e com a atenção hospitalar no processo de estruturação da rede de urgência e emergência;
- J)** Ampliar e garantir acesso aos serviços especializados, contribuindo com a reorganização e operação do complexo regulador, visando reduzir o tempo de espera por exames e consultas especializadas;
- K)** Assegurar a assistência da UBS a todas as pessoas da área de abrangência, eliminando obstáculos a parcelas do território sob responsabilidade da unidade;
- L)** Desburocratizar e adaptar a UBS ao Programa Saúde da Família(PSF) para o grande centro urbano – “adscrição sem proibição”. Moradores das áreas de divisas entre unidades, trabalhadores e estudantes podem optar por se matricular na UBS de mais fácil acesso, inclusive por local de atividade;
- M)** Fortalecer a participação dos trabalhadores da saúde e dos Conselhos Gestores nos processos decisórios da UBS;
- N)** Recuperar e adequar a área física das atuais UBS, contemplando todas as atividades previstas, incluindo a assistência ao não agendado e garantindo também ambiência humanizada;
- O)** Implantar gradativamente, com apoio de recursos federais, 43 novas UBS em acréscimo às 440 existentes, a fim de garantir melhor distribuição e equidade do acesso entre as diferentes regiões de saúde;
- P)** Praticar o princípio do salário igual para trabalho igual, a educação permanente das equipes das UBS, com processo de trabalho articulado, em condições justas, favorecendo a integralidade da ação dos profissionais;
- Q)** Adotar formas de jornada de trabalho médico que garanta a possibilidade de composição da jornada em diferentes tipos de serviço.



Atenção de urgência e emergência

- A) Ampliar e fortalecer a rede de urgência e emergência na cidade de São Paulo, de acordo com os regramentos técnicos e apoio financeiro do Ministério da Saúde, obtendo todos os recursos federais a que São Paulo tem direito;
- B) Articular e organizar a rede de urgência e emergência, incluindo a assistência pré-hospitalar;
- C) Desenvolver qualificação permanente da equipe de atenção pré-hospitalar, de urgência e emergência para a assistência em saúde mental, especialmente para o atendimento aos dependentes de álcool, crack e outras drogas;
- D) Garantir serviços de PS com porta aberta à população e não fechada, como são os hospitais sob direção do Estado;
- E) Instalar PS nos hospitais que forem municipalizados, visando contemplar áreas do município hoje desassistidas;
- F) Reformar e melhorar os PS existentes (18 hospitalares, 12 isolados e 4 pronto-atendimentos) com o apoio dos recursos federais destinados à melhoria da rede de urgência, utilizando também o modelo conceitual das UPA para equipar e qualificar os PS municipais;
- G) Ter como meta que os pacientes atendidos em PS municipal não permaneçam em maca por mais de 24 horas, garantindo a assistência em leito hospitalar, quando necessária;
- H) Implementar 5 novos PS (3 hospitalares e 2 isolados).

Atenção ambulatorial especializada

- A) Reduzir o tempo de espera para exames, consultas e procedimentos especializados, incluindo as cirurgias eletivas;
- B) Aproximar o tempo de espera nos serviços municipais de saúde do padrão admitido nos planos privados de saúde, reduzindo em uma primeira fase, à metade o tempo de espera atual para procedimento de maior complexidade e internação eletiva, consulta médica especializada e exame diagnóstico;
- C) Utilizar plenamente a capacidade instalada e ampliar a resolutividade dos ambulatórios de especialidades, completando o quadro dos profissionais e incorporando tecnologias e equipamentos para procedimentos terapêuticos e diagnósticos;

- D)** Iniciar tratativas para municipalizar, com a respectiva transferência dos recursos financeiros, os ambulatórios de especialidades sob gestão estadual, incorporando-os na regulação de acesso do sistema municipal;
- E)** Organizar e dar transparência ao agendamento – publicar listas, inclusive na internet, garantindo adequada informação e controle social da ordem de acesso;
- F)** Implementar a Rede Hora Certa, instalando em cada subprefeitura ambulatório de especialidades, laboratório de exame de imagens e serviços permanentes de cirurgia ambulatorial para agilizar o acesso e reduzir o elevado tempo de espera, especialmente nos casos de: colecistectomia, hemorroidectomia, hernioplastia, postectomia, biópsia e exérese de lesões cutâneas, endoscopia digestiva alta, papilotomia, esclerose de varizes, curetagem uterina, cirurgia da vulva, retirada de nódulos mamários, laqueadura, catarata, cirurgia do estrabismo, amigdalectomia, nasolaringofibrosopia, polipectomia, septoplastia, timpanoplastia, artroscopia, liberação do túnel do carpo, exérese de cisto ósseo, cistoscopia, vasectomia;
- G)** Garantir o atendimento integral aos problemas de saúde bucal, expandindo os serviços de atenção secundária e terciária. Retomar a implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO);
- H)** Rearticular e desenvolver centros de reabilitação, de modo a integrar as ações nesta área, oferecendo todos os serviços de reabilitação com equipe multiprofissional em unidades polivalentes articuladas e regionalizadas nas redes de atenção municipal e com os serviços existentes sob gestão estadual;
- I)** Fortalecer os Centros de Atendimento Psicossocial, efetivando a adequada qualificação com capacitação permanente da equipe multiprofissional dessas unidades, articulando-os com as UBS integral;
- J)** Ampliar a carga horária de atividade dos CAPS Álcool e Drogas (CAPSAD), atuando de forma articulada com as unidades de acolhimento transitório e os serviços de residência terapêutica, visando a uma ação mais abrangente e integral para os dependentes de álcool, crack e outras drogas, bem como para seus familiares.

Atenção hospitalar

- A)** Construir e instalar, com apoio de recursos estaduais, federais e do BNDES, os três hospitais prometidos pela gestão atual e não entregues – em Parelheiros, na Vila Matilde e Brasilândia – e promover ampliação dos atuais hospitais, com a meta de oferecer 1.000 novos leitos, sendo 500 na Região Sul, 334 na Região Leste e 166 na Região Norte, garantindo maior equidade na distribuição;
- B)** Reabrir o Hospital Sorocabana para a atividade de internação, como Hospital Geral, sob a gestão da SMS-SP, impedindo a perda de mais 156 leitos SUS;
- C)** Rejeitar a venda de 25% do atendimento em saúde por instalação “dupla porta” nos serviços municipais, e posicionar-se contra essa medida em processo de implementação nos hospitais estaduais;
- D)** Iniciar tratativas para municipalizar, com respectiva transferência de recursos financeiros, os nove hospitais gerais sob gestão estadual, segundo o princípio legal do comando único em cada esfera de governo;
- E)** Estabelecer sistema de regulação que garanta agilidade no acesso aos leitos de internação, integrando rede básica e rede de urgência e emergência com a assistência hospitalar;
- F)** Reformar, ampliar e reorganizar progressivamente todos os hospitais municipais, hoje em situação precária de instalações e funcionamento;
- G)** Garantir oferta adequada de leitos para desintoxicação na assistência aos dependentes de álcool, crack e outras drogas;
- H)** Otimizar o uso dos leitos existentes, organizando a assistência domiciliar, possibilitando a internação domiciliar e trazendo benefícios aos convalescentes que estão na fase final de sua recuperação e que podem fazê-lo no aconchego dos seus lares. Buscar, para isso, o apoio técnico e financeiro do Programa Melhor em Casa, do Ministério da Saúde.

Ações e serviços da vigilância em saúde

- A)** Elaborar e fazer aprovar na Câmara Municipal a estrutura organizacional para a vigilância em saúde, visando a adequada execução



de ações, atividades e serviços para a preservação da saúde no município;

B) Elaborar e implantar estrutura de cargos gerenciais, técnicos e de apoio, compatíveis com a estrutura organizacional da vigilância em saúde;

C) Prover os cargos com pessoal qualificado, contratado mediante concurso público;

D) Promover a inserção no trabalho e o aperfeiçoamento profissional do quadro de trabalhadores da vigilância em saúde, de modo a capacitá-los para as ações de gerenciamento, técnicas e de apoio;

E) Promover a articulação interinstitucional entre os órgãos que devem integrar o Sistema Municipal de Vigilância em Saúde;

F) Concluir o processo de municipalização da vigilância em saúde, incluindo as ações de vigilância sanitária em serviços de saúde de alta complexidade, da indústria de medicamentos, de produtos correlatos (produtos médicos), de cosméticos e de saneantes.

5 - EDUCAÇÃO

Mais Educação - Educação Integral

A) Ampliar o tempo de permanência do estudante sob os cuidados da escola

- Expandir no município o programa Mais Educação do Governo Federal. Por este programa, no período de contraturno das aulas, os alunos, sob supervisão e cuidados da escola, irão para Clubes-Escola, para bibliotecas municipais, exposições, museus etc., atividades que complementem o aprendizado das mais diversas formas. Esse processo de apropriação da cidade por uma lógica educadora se dará por meio de parcerias com o Sistema S, o Governo do Estado e a iniciativa privada. Durante todo o período em que o aluno estiver participando de atividades externas, serão garantidos a ele, pela escola, transporte, alimentação e cuidados;

- O programa Educação Integral será inicialmente implantado nas escolas de regiões com maior vulnerabilidade social;
- Meta de atendimento: 100 mil alunos na primeira fase.

B) Qualificar o tempo de permanência do estudante na escola

- A jornada escolar será ampliada para 7 horas, de forma gradativa, de acordo com critérios pré-estabelecidos e debatidos com a comunidade escolar;

- Elaboração de matriz curricular com a distribuição das 1.400 horas previstas no ano letivo;
- Ampliação da oferta de ensino de línguas estrangeiras;
- Ampliação da oferta de alternativas de recuperação dos alunos com dificuldades de aprendizagem;
- Estímulo a pesquisas científicas;
- Oferta de atividades profissionalizantes;



- Oferta de ensino de música e educação artística.

C) Cumprir as metas estipuladas no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação, em especial as metas de qualidade medidas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – (IDEB).

D) Requalificar o espaço escolar

- Criar laboratórios de ciências e de artes em todas as escolas que não disponham dos mesmos;
- Construir auditórios, quadras poliesportivas cobertas e ginásios poliesportivos;
- Atualizar as bibliotecas dos CEUs e as salas de leitura das unidades escolares;
- Garantir o acesso à internet banda larga em todas as escolas, bem como a modernização das salas de informática.

E) Garantir a permanência do estudante na escola

- Ampliar o Vai e Volta/Caminho da Escola, inclusive para os estudantes com deficiência;
- Oferecer alimentação de qualidade, nos termos da Política Nacional de Alimentação Escolar;
- Oferecer material escolar de qualidade;
- Criar condições para que as mães adolescentes voltem a estudar;
- Fortalecer no município de São Paulo o ProJovem, programa do Governo Federal destinado a jovens de 18 a 24 anos

que estejam fora do mercado formal de trabalho e que não concluíram a 8ª série do Ensino Fundamental;

- Revitalizar os Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAIs);
- Recuperar e ampliar o programa Recreio nas Férias;
- Recuperar o Programa Escola Aberta vinculado ao Programa Vida.

Retomada da Rede CEU

A) Retomar o projeto educacional original dos Centros de Educação Unificados (CEUs), o que significa: (1) incorporação dos pais



e alunos na definição do processo educacional; (2) articulação da Educação com a Cultura, o Esporte e o Trabalho; (3) mais tempo de permanência do estudante na escola, privilegiando também a ocupação de equipamentos e espaços urbanos tais como teatros, cinemas, parques e praças;

B) Articular as escolas em torno do CEU para que as mesmas utilizem seus espaços. Onde não houver CEU, articular os diversos equipamentos públicos com a escola, ampliando os espaços para as ações pedagógicas;

C) Construir mais 20 CEUs nos próximos quatro anos.

Educação Infantil

A) Universalizar o atendimento de crianças na faixa etária de 4 e 5 anos;

B) Unificação progressiva do Centro de Educação Infantil(CEI) com a Escola Municipal de Educação Infantil(EMEI) (da creche com a pré-escola), que passará a atender crianças de zero a cinco anos em um único local;

C) Construção de pelo menos 172 CEIs, por meio de adesão ao Programa Pró-Infância do Governo Federal;

D) Atender 150 mil novas matrículas na Educação Infantil em rede própria e por meio de parcerias com o Governo Federal, Estadual e entidades comunitárias conveniadas.

Combate ao Analfabetismo

A) Rever e ampliar o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) , no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado do governo federal;

B) Ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA), reabrindo as escolas no período noturno e utilizando os espaços ociosos no período diurno, bem como oferecendo atividades culturais, esportivas e de lazer para os alunos;

C) Retomar a discussão sobre o currículo da EJA na perspectiva do trabalho e da cultura, nos termos do Proeja do Governo Federal;



D) Revigorar o Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA), ampliando o número de unidades em cada região e retomando a discussão sobre a inclusão de educação profissional nos centros;

E) Articular o MOVA com o CIEJA e a EJA e integrar estes programas ao Brasil Sem Miséria, para localização desse público de analfabetos e analfabetos funcionais.

Alfabetização na Idade Certa

A) Promover a alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade;

B) Implementar programa de alfabetização e leitura, articulado com o MEC, considerando a integração entre os diversos recursos pedagógicos existentes: oralidade, escrita e multimídia;

C) Atuar de forma preventiva, articulando as EMEl e os anos iniciais do Ensino Fundamental, e de maneira reparativa, observando a relação existente entre o nível de alfabetização, a idade e o ano cursado;

D) Responder às demandas vindas das escolas;

E) Integrar o papel do estagiário (segundo professor) na sala com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes);

Interação Família - Escola

A) Promover a permanência dos alunos nas escolas e diminuir o distanciamento social entre educando e educador.

B) Criar a função do professor comunitário para articular, a partir da visita de professores aos alunos em suas casas, ações na escola e de apoio junto a outros órgãos e serviços públicos ou a organizações não governamentais, visando implantar uma Rede de Proteção Social.

Rever a Divisão dos Ciclos de Aprendizagem

A) Adequar a rede municipal às Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica, em função da implantação do ensino de nove anos e iniciar amplo processo de discussão com a comunidade escolar sobre a progressão continuada e o ciclo de alfabetização.

Realizar reorientação curricular

A) Divulgação junto à rede municipal das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

B) Articulação da educação escolar com o mundo do trabalho e a prática social nos últimos anos do Ensino Fundamental e do EJA;

C) Promoção da educação voltada para o progresso científico e tecnológico, com fortalecimento da área de ciências nas unidades escolares e incentivo à participação em projetos de iniciação científica;

D) Cumprimento da Lei nº11.648/2008, que dispõe sobre a inclusão no currículo da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura AfroBrasileira e Indígena”.

Valorização e Formação dos Profissionais da Educação

A) Implantação de 31 polos da Universidade Aberta do Brasil nas subprefeituras, visando a formação superior dos profissionais da Educação, ofertando inclusive mestrado e doutorado, além das seguintes ações:

- Preparar os profissionais para utilizar as novas tecnologias como recurso pedagógico;
- Criar uma comunidade onde o professor poderá desenvolver conteúdos em grupo e trocar experiências com outros profissionais da área no Brasil e no exterior;
- Implementar o programa de capacitação dos profissionais da educação sobre a igualdade de gênero e de raça/cor, para o combate à discriminação das mulheres e dos negros;
- Organizar e reforçar o acervo existente na Secretaria; incrementando-o com dados, informações, periódicos etc.,

constituindo para isto parcerias com universidades, outras bibliotecas, editoras e instituições governamentais e não-governamentais;

- Considerar as unidades escolares como o locus da formação em serviço;
- Promover a formação permanente no local de trabalho e reconhecer a importância da interação com a comunidade para

a formação profissional;

B) Fortalecimento do Sistema de Negociação Permanente (SINP);

C) Respeito à Lei do Piso;

D) Realização de estudos sobre mecanismos que permitam que o professor seja lotado em uma única escola, sem perda de direitos;

E) Garantia da realização periódica e sistemática de concursos públicos de ingresso no magistério;

F) Implantação de Política de Saúde para os profissionais da Educação;

Presença da rede federal de educação superior e profissional na cidade de São Paulo

A) Implantação de campus da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) na Zona Leste;

B) Implantação de unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFE-SP) na Zona Norte;

Implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) na cidade de São Paulo

A) Ampliar parcerias com as redes do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) para a oferta de cursos profissionalizantes;

B) Ampliar parcerias com a Fundação Paula Souza, do governo do Estado de São Paulo, para a oferta de cursos profissionalizantes;

C) Promover parcerias com o segmento comunitário para a oferta de cursos profissionalizantes;

D) Meta de atendimento: 100 mil beneficiados na primeira fase de implantação do programa.



Gestão Democrática

- A) Descentralização da gestão municipal da educação, recriando as coordenadorias de educação em cada subprefeitura;
- B) Elaboração de um novo regimento escolar para cada escola, que seja democrático e que fortaleça a autonomia, com a efetiva participação da comunidade escolar;
- C) Fortalecimento do conselho de escola ou equivalentes como ferramentas de participação e exercício da cidadania, com as devidas ações de formação política;
- D) Implementação do Conselho Regional dos Conselhos de Escola (CRECE);
- E) Estímulo ao protagonismo juvenil, com a formação dos grêmios estudantis ou assemelhados;
- F) Realização do Congresso Municipal de Educação envolvendo toda a comunidade escolar: merendeira, secretário de escola, diretor, professor, coordenador pedagógico, equipe técnica, pais e/ou responsáveis, educandos, educadores populares e comunidade local;
- G) Promover ações junto à população na perspectiva da apropriação de discussões importantes como: Orçamento Participativo, Plano Diretor, Criação da Rede de Proteção Social, entre outros;
- H) Promover a autonomia das escolas e consequente gestão democrática compartilhada.

Educação Especial

Para a efetivação de um sistema educacional inclusivo, o programa de governo de Fernando Haddad propõe a implementação das ações pactuadas no Plano Viver Sem Limite, que tem a “finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo”, tornando a cidade uma referência educacional para todas as pessoas, com e sem deficiência. Para tanto, serão implantadas as seguintes ações:

- A) Recuperação e ampliação dos Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAIs), dotando-os de equipes



multiprofissionais para apoio tanto aos estudantes quanto aos educadores;

- B)** Ampliar o número de escolas acessíveis, com Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão;
- C)** Prover as unidades escolares de materiais escolares e pedagógicos apropriados;
- D)** As práticas avaliativas terão concepção diagnóstica, formativa e processual;
- E)** Realizar formação em serviço a todos os envolvidos no atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades e superdotação;
- F)** Garantir transporte escolar acessível aos estudantes com deficiência e transtornos do espectro autista para o turno e contraturno;
- G)** Adequar os prédios no que tange à acessibilidade;
- H)** Garantir educação bilíngue para surdos;
- I)** Implementar o Programa de Formação de Professores de Apoio (PAAI) para uma atuação mais qualificada nas escolas;
- J)** Ampliar as matrículas dos beneficiários do Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) em idade escolar para universalizar o atendimento escolar – nenhuma criança com deficiência fora da escola;
- K)** Articular efetivamente a escola à Rede de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência para o atendimento integral dos estudantes.

Rede de Proteção Social

Na cidade de São Paulo, como em outros grandes centros urbanos do Brasil, muitas crianças e jovens estão ainda expostos a situações de violência, vulnerabilidade e risco social, muitas vivendo na rua. A política educacional não pode ignorar esta realidade, devendo rever seu papel e transformar as escolas em local de inclusão e de emancipação social. Para este setor, o governo Haddad implantará as ações a seguir:

- A)** Assegurar a rede de proteção local formada pelos órgãos públicos e entidades não governamentais e comunidade;
- B)** Fomentar a participação e articulação com os Conselhos de Saúde, Habitação, Educação e Meio Ambiente;

C) Proporcionar auxílio psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de violência;

D) Recuperar o Programa Vida, promovendo ações voltadas à prevenção da violência nas unidades escolares;

Educação Indígena

A) O setor de educação indígena deverá ser coordenado também por indígenas das diferentes etnias. No governo Haddad, terá início um processo de negociação com as comunidades para a promoção de alterações na atual estrutura da educação indígena.

Educação Digital

A) Serão implantados os seguintes projetos:

1) Alfabetização Audiovisual Inclusiva”

2) Educonrádio (Nas Ondas do Rádio)

3) ALD (Academia de Livros Digital)

4) Promoção de parcerias com universidades públicas e com o MEC, em especial o E-Proinfo

5) Fomento e apoio à pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias

6) Promoção de redes para trocas de informações entre escolas

6 - CULTURA

Políticas de Difusão e Acesso

A) Cultura em toda parte: prevê a instalação, recuperação e remodelação de equipamentos culturais, implementando uma política de descentralização que não prescindia da tarefa de conferir visibilidade às produções até agora marginalizadas:

- Criação de dois novos Centros Culturais de Referência, um na Zona Leste e outro na Zona Sul, com arquitetura sustentável.

Os dois Centros Culturais conterão biblioteca, cinema, teatro multiuso, salas de exposição, livraria, oficinas de artesanato, ludoteca, espaços de convivência (para jovens, adultos e terceira idade). Abrigarão também as Escolas Municipais de Artes e as Casas de Cultura Digital;

- Nas 31 subprefeituras serão implantados Núcleos Culturais que resultarão da transformação dos espaços já existentes – equipamentos de cultura, educação, esporte ou mesmo parques e praças – em polos multifuncionais. Serão organizados também a partir das instalações dos diversos CEUs da cidade, que terão assim resgatados seu conceito original;

- Assegurar a existência de equipamentos culturais em todos os 96 distritos do município.

B) Programa de racionalização e otimização da circulação da produção cultural, reduzindo a inatividade e a capacidade ociosa dos equipamentos culturais.

C) Modificação dos horários dos espaços e equipamentos públicos municipais, estendendo seu funcionamento também para o período noturno, aos sábados, domingos e feriados.

D) Gratuidade, em pelo menos um dia da semana, em todos os eventos realizados na rede de equipamentos culturais da prefeitura.

E) Requalificação e democratização do uso do Teatro Municipal, transformando a principal sala de espetáculos da cidade em centro



de referência da produção e criação artística. Abrir suas salas para realização de festivais de música, poesia, dança e teatro.

F) Estímulo e incentivo à criação de cineclubes, organizando uma rede de difusão e debates sobre a produção audiovisual contemporânea e a história do cinema mundial.

G) Ampliação da Virada Cultural, tornando-a atividade recorrente. Estendê-la para além do Centro Histórico, procurando valorizar outras regiões da cidade e suas manifestações culturais.

Políticas de Formação

A) Criação de centros dedicados à formação permanente nas diversas linguagens artísticas, nos saberes artesanais e no cultivo da cultura popular, tradicional e espontânea;

B) Abertura de duas Escolas Municipais de Arte, uma na Zona Leste e outra na Zona Sul, que oferecerão cursos de longa e curta duração em cinema e audiovisual, teatro, criação literária, dança e artes visuais. Serão instaladas nos dois novos Centros Culturais a serem construídos pela Prefeitura;

C) Estimular e fomentar a cultura tradicional e as práticas artesanais, acolhendo suas manifestações nos Pontos de Cultura;

D) Estabelecer um programa permanente de oficinas, cursos, workshops e ateliês, contínuos e itinerantes, que percorram periodicamente os espaços culturais administrados pelo poder municipal;

E) Recuperação do Pavilhão das Culturas Brasileiras, transformando-o em polo articulador e irradiador das diversas culturas populares e tradicionais.

F) Implementação de cursos de formação dedicados à qualificação dos agentes envolvidos na administração de patrimônio, museus, centros culturais, casas de cultura e outro equipamentos culturais públicos.

G) Ampliação e reformulação dos programas Piá e Vocacional, adequando-os ao novo perfil da cultura a ser implantado na cidade.

H) Instalação de Escolas Municipais de Iniciação Artística nos CEUs e nas escolas de tempo integral.



Políticas de Informação e Comunicação

A) Elaborar políticas de mapeamento e divulgação da diversidade cultural paulistana;

- Elaborar inventário sobre a diversidade cultural de São Paulo, listando e georeferenciando todo o patrimônio material e imaterial da cidade;

- Criar Portal de Informação Cultural da cidade, destacando os eventos da semana, a programação cultural fomentada pela Secretaria Municipal, as atividades culturais e festas permanentes que ocorrem periodicamente em São Paulo.

B) Política de incentivo à Crítica Cultural.

- Criar mecanismos, premiações, programas de incentivo e fomento à crítica cultural, em suas diversas modalidades.

Políticas de Fomento à Criação Artística e Cultural

A) Implementação do Fundo Municipal de Fomento à Cultura, com o objetivo de unificar e coordenar as linhas dispersas de financiamento municipal, ampliando os recursos disponíveis e atingindo as áreas até agora não contempladas. A dotação do Fundo Municipal de Cultura será determinada em lei, e deverá ter por base uma porcentagem do orçamento municipal correspondente à arrecadação total das atividades culturais do município.

- Ampliação e modernização dos programas de incentivo à cultura já existentes no município.

B) Lançar novos editais dos Pontos de Cultura. Apoiar os existentes e criar condições para que se estabeleça uma rede de conexão entre eles.

C) Ampliar o orçamento do Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) para que se tenha um leque maior de linguagens artísticas contempladas. Ampliar as faixas de financiamento e a duração do benefício.

D) Lançamento de editais que contemplem manifestações artísticas e culturais pouco consolidadas e valorizadas pelo mercado.

E) O programa Bolsa-cultura criará um financiamento no formato de bolsa, que remunere mensalmente o agente cultural e permita

a prestação de contas da aplicação dos recursos, de modo simplificado e desburocratizado.

Políticas de Interação

- A) Implantação do Sistema Municipal de Cultura.
- B) Adesão ao Sistema Nacional de Cultura.
- C) Organização de conferências municipais de cultura.
- D) Constituição de Política de Intercâmbio entre a Secretaria da Cultura, as demais secretarias municipais e órgãos da prefeitura para desenvolver programas educativos e culturais.
- E) Elaboração e implantação de um Plano Municipal do Livro e da Leitura.
- F) Implantação do projeto “Bibliotecas das Comunidades” em praças, parques e outros espaços públicos.

Políticas de Memória e Preservação

- A) Reformulação do Museu da Cidade de São Paulo, de modo que passe a contemplar tanto o patrimônio material como o imaterial, tanto sítios históricos como manifestações tradicionais e cotidianas. Este Museu será desdobrado em duas direções, uma física, em sua dimensão fixa, e outra virtual.
- B) Valorizar e dar visibilidade às principais obras artísticas e culturais da cidade – dentro da concepção de museu a céu aberto –, tais como monumentos públicos, projetos arquitetônicos e bairros históricos e até mesmo manifestações efêmeras, como grafites, rituais afrobrasileiros e indígenas etc.
- C) Recuperação e requalificação de equipamentos culturais e prédios públicos de valor histórico.
- D) Criação do Museu do Migrante na Zona Leste, incorporando sítios arqueológicos e históricos que precisam ser recuperados e preservados, como é o caso da antiga fábrica da Nitroquímica, tombada como parte do Patrimônio Histórico da cidade.

E) Criação do Museu da Diversidade Cultural, a ser constituído a partir das instalações e do acervo do Pavilhão das Culturas Brasileiras.

F) Atualizar a legislação vigente de preservação do patrimônio histórico e artístico material e imaterial paulistano.

Políticas de Cultura Digital

A) Implantação do projeto Internet Popular: acesso gratuito à internet para que o cidadão utilize de forma remota os diversos serviços disponíveis nos web sites da Administração Pública Municipal. A implantação da rede Wi-Fi no município será realizada em etapas. O acesso à internet será disponibilizado mediante Termo de Adesão, através de preenchimento cadastral em portal web, ser desenvolvido para esse fim.

B) Cidade Digital Livre, Inovadora e Inclusiva: com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de tecnologias colaborativas, abertas e promovidas por coletivos e indivíduos, a gestão de Fernando Haddad estimulará as seguintes políticas e ações:

- Desenvolvimento de uma política pública de fomento às liberdades na rede, baseada nas competências do gestor municipal, com implantação de licenças livres de obras culturais e educacionais custeadas ou realizadas pela prefeitura, e de todos os documentos públicos;

- Estímulo à criação e ao compartilhamento de recursos educacionais abertos, à produção colaborativa de materiais didáticos e processos de aprendizagem, à disseminação de criações, invenções e troca de saberes, envolvendo escolas, professores, estudantes e a comunidade em geral;

- Desenvolvimento de um programa de apropriação crítica das tecnologias, por meio de laboratórios de garagem, espaços para ciência de bairro e pontos de cultura digital, a serem desenvolvidos em parceria com pequenos empreendedores (donos de lan house por exemplo), grupos da sociedade civil e/ou equipamentos da prefeitura, como instituições culturais, escolas, telecentros e principalmente os CEUs;

C) Realização de um trabalho coletivo e colaborativo de mapeamento da cidade (cartografia crítica e afetiva), com detalhamento de seus

problemas e soluções, a ser desenvolvido em parceria com a sociedade civil;

D) Estímulo a ações de ocupação das ruas por artistas e produtores culturais, como forma de ampliar o compromisso dos cidadãos com o espaço público; organização e articulação de processos de realidade aumentada, com a colaboração dos cidadãos e construindo os caminhos múltiplos entre o ciberespaço e os prédios, praças e ruas;

E) Fomento aos meios alternativos de comunicação e cultura livres, em especial ao midialivrismo, com apoio às rádios comunitárias, à música livre, aos estúdios livres, às plataformas de comunicação em rede, como blogs e sites de produção de conteúdo informativo, saraus e espaços de literatura;

F) Criação de Casas de Cultura Digital. Esses espaços, com banda larga de alta velocidade, serão centros de inovação em tecnologia digital e produção de conteúdo audiovisual.

7 - ESPORTE E LAZER

Cultura Esportiva - Programa Esporte Nas Escolas

- A) Implantação do esporte nas escolas como parte da formação integral dos alunos;
- B) Construção de cidadania, abrindo oportunidades para que todos possam participar de práticas esportivas de forma permanente.

Esporte e Lazer

- A) Garantir o funcionamento de dois Centros Olímpicos, um na Zona Sul e um na Zona Leste da cidade.
- B) Esporte 24 horas: será regulamentado o uso no período noturno dos equipamentos esportivos municipais existentes nas escolas, nos CDCs e nos Clubes-Escolas. As piscinas, onde for possível, serão aquecidas e igualmente abertas no período noturno, seja para a prática e aprendizagem da natação, seja para a hidroginástica para a terceira idade. A Prefeitura adotará um amplo programa de parcerias com os clubes privados para que os períodos e espaços ociosos possam ser ocupados, mediante o pagamento de uma taxa social acessível, pelas pessoas das comunidades, principalmente pelos idosos. Os espaços dos clubes privados também poderão ser utilizados pelas escolas através de uma política de convênios da Prefeitura.
- C) Parque de Esportes Radicais: implantar um espaço de esportes radicais que ofereça condições para a prática de diferentes modalidades como skate, patins in line, bike, tirolesa, rapel e escalada e pista de skate-mirim. O Parque contará com espaços para Oficinas de Esportes Radicais, além de abrigar várias atividades culturais.
- D) Alternativas de Lazer: ampliar a oferta de opções de lazer em São Paulo, com participação da comunidade na construção de alternativas. Será equacionada a distribuição de equipamentos pela cidade, revitalizados os espaços públicos destinados a esse fim,

criados novos espaços e programadas ações para os finais de semana e feriados, como as Ruas de Lazer (com equipamentos móveis e recursos humanos específicos), espetáculos, circenses, teatro popular, cinema gratuito e outros.

E) Também serão definidas novas políticas de uso para outros equipamentos públicos municipais como o Estádio do Pacaembu, o Autódromo de Interlagos, o Centro Esportivo e Recreativo do Trabalhador (CERET) e o Sambódromo. Será discutida com o governo do Estado uma política de destinação de equipamentos estaduais situados na cidade, a exemplo do Estádio e do Ginásio do Ibirapuera. A Prefeitura terá um papel ativo e articulador na definição de uma política de grandes eventos esportivos e culturais para a cidade, envolvendo as entidades esportivas, a comunidade e a iniciativa privada.

F) Será criado o Projeto Copa 2014 com o objetivo de potencializar as dimensões econômica, social e ambiental em decorrência da realização de jogos da Copa do Mundo na cidade de São Paulo. Para tanto, foram assumidos os compromissos propostos pela “Rede Nossa São Paulo” e pela organização “Atletas pela Cidadania” no que se refere ao legado social da Copa, quais sejam:

- Termo de compromisso Cidades do Esporte, que visa o desenvolvimento da cultura esportiva e a democratização do esporte, e se expressa principalmente no programa “Cultura Esportiva e Esportes nas Escolas”;

- Pacto Transparência Municipal, que expressa o compromisso com a transparência em relação a todos os gastos municipais relativos à Copa de 2014;

- Programa Cidades Sustentáveis, compromisso com o desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável de São Paulo.

G) Realização de Conferência Municipal para elaboração do Plano Decenal de Esportes para o município;

H) Implantação do “Programa Academias da Saúde”, com recursos do governo federal e em parceria com o Ministério da Saúde;

I) Instituição do Conselho Municipal de Esporte e Lazer;

J) Parcerias do Fundo Municipal de Esporte e Lazer com a iniciativa privada, visando sua ampliação e seu fortalecimento;

K) Programa Paz no Esporte e Segurança no Futebol, com o objetivo de colocar a cidade de São Paulo na dianteira do processo de



cumprimento do Estatuto do Torcedor;

L) Esporte e Qualidade de Vida: implantar programa municipal de lazer e atividade física, contemplando caminhadas, corridas de rua, ciclismo e programação para a terceira idade, em parceria com as entidades do Sistema S, clubes e organizações não governamentais;

M) Criação de um Departamento de Futebol Amador visando resgatar o futebol de várzea e estimular a participação de crianças, jovens e adultos na prática do futebol, como preparação para o ambiente da Copa do Mundo de 2014;

N) Descentralizar a gestão da política de esporte e lazer para as subprefeituras, como meio de ampliar as atividades esportivas nos bairros;

O) Integrar as Escolas de Educação Física com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, por meio de parceria, com a participação de monitores voluntários, como forma de atender os estágios curriculares obrigatórios;

P) Instituir a Olimpíada Estudantil Municipal de forma periódica e definida;

Q) Implantação do Programa Escolinha do Skate em parceria com a Federação Paulista de Skate;

R) Capacitação dos profissionais da Secretaria de Esporte como agentes da cultura esportiva, propagadores e difusores de conhecimento e dos benefícios que a atividade física proporciona para as pessoas;

S) Estimular a participação da mulher no esporte;

T) Implantação de um programa de Brinquedotecas nos Clubes-escola e nos Clubes da Comunidade, com o objetivo de criar espaços e alternativas lúdicas para crianças, resgatando brinquedos e brincadeiras que fazem parte da cultura popular.

8 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL:
SOLIDARIEDADE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, COMBATE À MISÉRIA E
SEGURANÇA ALIMENTAR

Renda Básica de Cidadania

Será implantada a Renda Básica de Cidadania (RBC), por etapas, a critério do Poder Executivo, em parceria com os governos Estadual e Federal, beneficiando igualmente todos os habitantes, independente de origem raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica ,até que se torne um benefício de caráter universal.

Estratégia intersetorial e territorializada para o Programa Brasil sem Miséria

- A)** Organizar escala de gestão integrada de 100 microrregiões de proteção e desenvolvimento socioeconômico e urbano para implantação do programa Brasil Sem Miséria;
- B)** Desenvolver estratégias de trabalho de massa com famílias do conjunto dos beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, nos territórios de abrangência dos (CRAS);
- C)** Construir mecanismos de acionamento e fluxos dos usuários no sistema de políticas sociais, promovendo a garantia de acesso com graus crescentes de resolutividade;
- D)** Planejar a execução de propostas de ação integrada a partir de uma base de prioridades sociais;
- E)** Construir de forma intersetorial o Banco de Dados Social – instalação do Cadastro Social, alimentando-o com dados de todas as secretarias que operam políticas sociais;
- F)** Desenvolver o Programa Nacional BPC Trabalho – que integra o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, “Viver sem Limite” –, promovendo o acesso ao trabalho de portadores de deficiência na faixa etária de 16 a 45 anos, bem como dos beneficiários

com baixa escolaridade que aliam às limitações da deficiência a baixa renda e a falta de oportunidades em políticas de saúde e educação;

G) Desenvolver o Programa BPC na Escola, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência na escola de portadores de deficiência na faixa etária de até 18 anos – nenhuma criança com deficiência fora da escola;

H) Qualificar a relação entre benefícios e serviços socioassistenciais

Articular a Política de Assistência Social de São Paulo com a Política Nacional pela efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

A) Garantir a operação do Sistema Único de Assistência Social na cidade, vinculando a gestão municipal da política de assistência social ao sistema federativo;

B) Expandir a presença do poder público nos territórios, ampliando a rede de CRAS e Centro de Assistência Social (CREAS) para padrões de cobertura semelhantes aos das capitais brasileiras com melhores relações no setor;

C) Qualificar a relação entre benefícios e serviços socioassistenciais;

D) Construção de no mínimo 60 CRAS;

E) Garantir a existência de um CREAS em cada subprefeitura;

F) Reinstalar um centro especializado de atenção à população em situação de rua;

G) Implantar Centro-Dia de Referência para Pessoas com Deficiência como Unidade Referenciada ao CREAS, com foco na prestação do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias;

H) Descentralizar e democratizar a gestão e execução da assistência social, atribuindo-as aos territórios correspondentes nas 31 subprefeituras, com reconhecimento dos direitos dos usuários;

I) Implantar serviço de acolhimento institucional em residência inclusiva para jovens e adultos com deficiência, com a finalidade de fomentar a construção progressiva da autonomia e o desenvolvimento de capacidades adaptativas para a vida diária;



J) Realizar levantamento diagnóstico de pessoas com deficiência e alto grau de dependência internadas/acolhidas em instituições.

Programa de regulação dos serviços conveniados com organizações sociais por meio do Vínculo SUAS

Para operar esta regulação, serão desenvolvidas as seguintes ações no governo Haddad:

- A) Assegurar aos serviços socioassistenciais a heterogeneidade de atenção em forma de rede integrada e complementar que garanta acolhida, convívio, autonomia e equidade, o que exige expansão de cobertura, recursos e profissionais com resolutividade na atenção;
- B) Criar programa municipal de articulação, fortalecimento e conexão entre os serviços socioassistenciais estatais e não-governamentais;
- C) Recuperar a integralidade da rede de proteção a pessoas em situação de rua, ofertando serviços diversificados intersetoriais para a reconstrução do projeto de vida dessas pessoas;
- D) Complementar a rede de serviços de atenção ao idoso, desde a atenção domiciliar até a multiplicação de unidades de convívio social. Construir estudos de demanda e cobertura dos serviços socioassistenciais na cidade por território, tipologia e segmento social, verificando o índice de ocupação de vagas, a demanda reprimida, as condições de funcionamento e os padrões de qualidade e custeio;
- E) Recuperar a política de abrigamento de crianças e adolescentes nos padrões do Estatuto da Criança e do Adolescente, reinstalando unidades de acolhida provisória que preservem a dinâmica de funcionamento dos abrigos;
- F) Implantar processos de monitoramento, supervisão e avaliação continuada dos serviços socioassistenciais, promovendo a relação em rede e o uso do prontuário SUAS.

Qualificação da gestão pública do SUAS no município

Serão desenvolvidos mecanismos qualificadores da gestão pública do SUAS no município e realizados processos de capacitação permanente de



servidores públicos, conselheiros e trabalhadores das organizações prestadoras de serviços, previstas para tanto as seguintes ações:

- A) Garantir aos profissionais condições técnico-operacionais e formação para atenção em unidades territoriais de proteção social, com atenção de massa;
- B) Manter programa de capacitação dos trabalhadores do SUAS, incluindo serviços conveniados;
- C) Reaproximar o cotidiano do trabalho dos servidores municipais da população usuária através de medidas de descentralização territorial.

Protocolos e acordos para melhor resolutividade e alcance de direitos sociais

Serão mantidos protocolos e acordos interinstitucionais e intersetoriais que promovam melhor resolutividade e alcance de direitos sociais e preservação de direitos humanos. As ações para isto são:

- A) Integrar as instâncias de participação (fóruns e colegiados de gestores), pactuação (comissões intergestores) e deliberação (Conselhos de Assistência Social), comprometendo-se com a articulação entre os entes federativos e suas instâncias;
- B) Construir um sistema de notificação de situações de violação de direitos e fortalecer o trabalho de prevenção e atenção nos CREAS;
- C) Estabelecer pactos com o Judiciário na atenção a crianças, adolescentes, idosos e população em situação de rua;
- D) Participar da construção de programas e protocolos de ação integrada sobre uma base de prioridades governamentais com destaque aos programas nacionais, como o programa nacional em relação ao uso do crack e outras drogas;
- E) Articular, na região metropolitana, a promoção e defesa de direitos de proteção social no âmbito da seguridade social, com destaque para a atenção de famílias;
- F) Reconhecer, fomentar e fortalecer a condição estratégica do município na gestão e execução da Política de Assistência Social em articulação com outras políticas de corte social na região metropolitana, requerendo da esfera estadual e federal o apoio em ações normativas e por financiamento;
- G) Incentivar a criação do Fórum Metropolitano de Políticas Sociais, com Câmaras Técnicas de Políticas Setoriais;

H) Integrar os sistemas de saúde e assistência social no que refere à notificação de situações de violação e violência.

Políticas de Segurança Alimentar

O governo Fernando Haddad implantará um Programa Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional articulado com a Lei Federal nº. 11.346/2006. Este Programa será construído com base na realização de Conferências Municipais de Segurança Alimentar, nas quais será discutida a implantação dos seguintes programas:

- A) Programa “Alimentação Escolar Saudável e Sustentável”
- B) Programa “Sacolão de Orgânicos”/”Comboio de Orgânicos” e “Espaços Orgânicos nas Feiras e Mercados”
- C) Programa “Restaurante Popular Orgânico/Cozinhas Comunitárias Orgânicas”
- D) Programa Comer e Viver Melhor
- E) Programa Mercados Municipais como Centros de Cultura Alimentar
- F) Programa “SAN – Segurança Alimentar e Nutricional”

9 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Desenvolvimento: Estrutura e Incentivos Fiscais

A) Criar um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) do Município de São Paulo nos moldes do CDES do Governo Federal.

B) Política de Incentivos e Finanças Públicas

- Criar programas de incentivos fiscais para direcionar investimentos e geração de empregos em regiões de baixo número de postos de trabalho e afastadas do centro da cidade, bem como induzir o desenvolvimento do Arco do Futuro;

- Promover a desburocratização e descentralização dos processos de licenciamento para construção e abertura de empresas, com foco na simplificação e consolidação da legislação;

- Implantar um sistema de custos que viabilize a correta aplicação dos recursos públicos, aperfeiçoe a gestão da administração pública e promova prudência e responsabilidade fiscal;

- Disponibilizar no Portal da Prefeitura informações financeiras e físicas do ciclo orçamentário em arquivos que possam ser trabalhados pelos cidadãos;

- Aprimorar o sistema de compras eletrônicas;

- Buscar sinergia no uso dos recursos públicos articulando os programas municipais com os programas federais e estaduais, notadamente nas áreas de Saúde, Educação, Habitação e Assistência Social;

- Reestruturar o serviço de inspeção veicular obrigatória, revogando a taxa criada para manutenção do serviço.

C) Criar a Agência São Paulo de Desenvolvimento, com o objetivo de fomentar o empreendedorismo e promover a livre iniciativa



no Município. São objetivos da Agência:

- Oferecer assistência jurídica, visando desburocratizar a abertura de novas empresas e tornar mais célere o processo de formalização dos negócios privados;
- Oferecer linhas de crédito com reduzidas taxas de juros, para incentivar a produção de empreendedores individuais em regiões de baixa empregabilidade e combater a inadimplência;
- Oferecer formação e capacitação dos cidadãos interessados na abertura de seus próprios negócios por meio de cursos profissionais desenvolvidos no âmbito do Pronatec.

São Paulo como Centro de Tecnologia e Inovação

- A) Criação do Parque Tecnológico da Zona Leste
- B) Apoio à criação do Parque Tecnológico do Jaguaré
- C) Criação de 2 Centros Tecnológicos nas Zonas Norte e Sul da cidade de São Paulo
- D) Criar o programa Municipal de Estímulo à Inovação, alimentado por um fundo municipal de fomento à inovação. Este programa será desenvolvido em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e com entidades de representação comercial e industrial, com o objetivo de promover a inovação, a produtividade e a sustentabilidade na cidade de São Paulo.

Desenvolvimento Local e Economia Solidária

- A) Promover iniciativas de fomento ao desenvolvimento local com ações como a capacitação de empreendedores e pequenos e médios empresários em programas modernos de gestão, treinamento de mão de obra local, programa de certificação de qualidade e inovação, capacitação de pequenos e médios empresários para a exportação, apoio a atividades de promoção do comércio local,



informações sobre mercados, estímulo à cooperação e complementaridade entre empresas e à formação de consórcios de empresas para exportar e para comprar matérias-primas.

B) Criar um Centro Público de Tecnologia Social e Economia Solidária, com a seguinte estrutura:

- Núcleos (por subprefeitura) da Incubadora Municipal de Economia Solidária: oferecerão assessoria técnica e incubação aos empreendimentos econômicos solidários;

- Casa do Empreendedor: voltada para ampliação e formalização de empreendedores individuais;

- Apoio ao Programa Municipal de Comércio Justo e Solidário: articular locais e iniciativas que promovam e ampliem realização de feiras e eventos de comércio justo e solidário;

- Apoio e Assessoria ao Micro e Pequeno Empresário: articular rede dos micro e pequenos empresários, estimulando trocas de tecnologias, novas relações econômicas locais e participação nas compras públicas (com processos licitatórios descentralizados).

C) Criar o Programa Municipal de Comércio Justo e Solidário com o objetivo de incentivar iniciativas e buscar novos locais de comercialização de produtos oriundos de empreendimentos econômicos solidários e de empreendedores populares. Serão realizadas feiras locais e temáticas em diversos espaços públicos da cidade.

D) Criar política de regularização do comércio ambulante, incentivando a criação de feiras em horários alternativos, shoppings populares e outlets.

São Paulo como Cidade-Destino Turístico

A) Estimular a expansão do setor hoteleiro da cidade de São Paulo (Polo Hoteleiro São Paulo);

B) Construir o Parque de Eventos Expo SP, em Pirituba;

C) Elaborar Plano Estratégico de Longo Prazo para os grandes equipamentos do município;

D) A nova política de turismo para São Paulo se orientará pelas seguintes diretrizes:



- Construção de novos equipamentos turísticos fora do centro expandido, com o objetivo de criar novas centralidades urbanas e gerar emprego nos bairros e distritos afastados do centro;
- Integração da política de turismo com as demais áreas, principalmente com a cultura, o esporte, a educação, o meio ambiente e a saúde.



10 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL URBANA

São diretrizes da sustentabilidade:

- Reordenamento do uso do solo baseado na capacidade de suporte e planejamento territorial local (por subprefeitura), em consonância com os Planos de Bacias e demais planos que devam e possam interagir;
- Controle e gerenciamento da poluição e dos recursos naturais, com atenção especial aos recursos hídricos, às unidades de conservação e áreas verdes públicas e privadas;
- Introdução de um novo conceito de cidadania, baseado em uma relação de responsabilidade ambiental da população para com a cidade e seu território, por meio da construção da Agenda 21 e outros instrumentos de participação e controle social;
- Fortalecimento dos instrumentos de Planejamento Ambiental Regional;
- Articulação com as esferas nacional e estadual, em consonância com o atual momento de desenvolvimento nacional.
- Universalização do saneamento: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e limpeza urbana;
- Ampliação e melhoria dos espaços públicos de lazer e esporte pautados pela intensificação do controle social dos parques e áreas verdes;
- Desenvolvimento de políticas e programas de redução na geração de resíduos sólidos e de incentivo à reciclagem, com inclusão social dos catadores.
- Garantia de melhores condições de trabalho e sistemas de tratamento, com o objetivo de reduzir a quantidade de resíduos que vai para aterros, conforme definições da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).



- Aprimoramento da gestão do município para os serviços de limpeza pública, com a estruturação da Autoridade Municipal de Limpeza Pública e Saneamento;
- Implantação de Sistema de Gestão e Gerenciamento de riscos ambientais com ampla participação das comunidades.

Sustentabilidade Ambiental no planejamento urbano e no uso do solo municipal

A) Elaboração, a partir de processo participativo, do Plano de Sustentabilidade Ambiental Municipal para enfrentar as principais ameaças urbanas, com metas e indicadores para:

- Espraçamento urbano;
- Adensamento construtivo;
- Geração, minimização, reciclagem e disposição de resíduos;
- Redução das perdas de vegetação natural e de habitats (30% entre 1986 e 1999) e ampliação do sistema de áreas verdes e protegidas;
- Qualidade das águas e proteção dos mananciais;
- Qualidade do ar e controle de emissões de gases de efeito estufa – inventário de emissões;
- Impermeabilização do solo e eliminação de deficiências na macrodrenagem;
- Definição de indicadores e metas de sustentabilidade na revisão do Plano Diretor e dos Planos Regionais Estratégicos das

Subprefeituras.

B) Fortalecimento do processo de planejamento ambiental participativo e da gestão urbanoambiental por subprefeituras;

C) Uso das chamadas piscininhas de retenção de água pluvial, e compensação ambiental para abater a água adicional gerada pela impermeabilização por grandes empreendimentos;

D) Introdução da Avaliação Ambiental Estratégica para avaliar as políticas, os planos e programas municipais;



E) Reduzir a tributação dos chamados edifícios verdes, projetados de acordo com os princípios de sustentabilidade do Plano de Sustentabilidade Municipal;

F) Reduzir a tributação dos veículos automotores menos poluentes, com a devolução da cota parte do Município no IPVA.

Controle da Densidade Construtiva, dos Estoques de Potencial Construtivo e dos Impactos Ambientais do Adensamento Urbano

A) Implantar um sistema de controle da densidade construtiva provocada pela implantação de grandes empreendimentos verticais, de forma a evitar a sobrecarga da infraestrutura instalada (água, esgotos etc.), o congestionamento do sistema viário e o estacionamento na via pública, decorrentes desta sobrecarga.;

B) Desenvolver métodos e técnicas de avaliação de impactos de Operações Urbanas e Áreas de Ampliação do estoque Construtivo Adicional;

C) Controlar os efeitos de adensamento construtivo nas áreas diretas e indiretamente afetadas por Intervenções e Operações Urbanas;

D) Controlar os impactos cumulativos: no volume de tráfego, na qualidade do ar, nas áreas verdes e espaços livres e na infraestrutura de saneamento;

E) Selecionar indicadores de sustentabilidade para o monitoramento de efeitos diretos e indiretos de Operações Urbanas;

F) Desenvolver modelos de simulação com resultados acessíveis para o debate público.

Políticas para Áreas de Risco e Combate a Enchentes

A) Implantar um sistema de gestão e gerenciamento de riscos ambientais, com foco especial nas enchentes, inundações e nos deslizamentos, com ampla participação das comunidades e que contemple programas para remoção, socorro e assistência social às vítimas;

- B)** Estruturar em cada subprefeitura um programa local de contingência, que tenha articulação municipal, envolvendo todas as instituições, órgãos públicos e sociedade civil;
- C)** Criar programas preventivos de melhoria, manutenção e desobstrução dos sistemas de micro e macrodrenagem, com a permanente limpeza de galerias e bueiros;
- D)** Adotar medidas estruturais de médio e longo prazo, reordenando a ocupação das várzeas e dos fundos de vale, favorecendo a retenção do escoamento superficial e o aumento da permeabilidade;
- E)** Criar um programa de remoção progressiva de moradores de áreas de risco, com recomposição da vegetação nativa das áreas degradadas, em conformidade com a política habitacional que prevê oferta de moradias para alocar a população removida;
- F)** Fortalecer o Programa Municipal de Informação e Monitoramento de áreas de risco;
- G)** Aperfeiçoar o sistema de prevenção e contingência ao risco a eventos de desequilíbrio ambientais;
- H)** Construir dois piscinões: um na Avenida Prof. Luis Ignácio de Anhaia Mello e outro no Anhangabaú.

Política do Verde

- A)** Criar o conceito de rede, articulando áreas verdes públicas já existentes com novas áreas a serem implantadas (pequenos parques, praças e espaços livres) de forma a garantir a universalização do acesso às áreas verdes e de lazer de qualidade na cidade;
- B)** Criar, na zona de amortecimento da Serra da Cantareira, um conjunto de parques urbanos, lineares e unidades de conservação, como medida de proteção aos remanescentes de mata e biodiversidade ainda existentes;
- C)** Manter o Programa de Implantação de Parques Lineares, como estratégia de minimização de enchentes e de adaptação às mudanças climáticas, readequando sua concepção, de forma a garantir a participação da população desde a concepção até a gestão;
- D)** Regulamentar, através de Decreto do Executivo, o instrumento de transferência do direito de construir, previsto no PDE (Lei nº13.430/02), a ser aplicado tanto para doação de áreas verdes ao município como para manutenção destas áreas pelo proprietário;

E) Instituir a Política Municipal de Preservação de Serviços Ambientais e um sistema de contrapartidas ambientais para as compras e os contratos municipais;

F) Instituir um sistema de informações geográficas das áreas verdes públicas da cidade, contendo a descrição completa da área, a situação atualizada, entre outros dados;

G) Atualizar o mapeamento da cobertura vegetal da cidade;

H) Rever os mecanismos de autorização para manejo e supressão de vegetação, instituindo novas formas de valoração e compensação, diferenciadas para cada região da cidade;

I) Realizar Conferência Municipal do Meio Ambiente e incrementar mecanismos de controle social sobre a política ambiental da cidade.

São Paulo Melhor com a Minha Calçada: Arborização e Acessibilidade

A) Promover a arborização das calçadas e a sua adaptação às normas sobre acessibilidade

- Proceder ao levantamento das larguras das calçadas das vias (com caracterização e tipificação: local, coletora, coletora com comércio, estrutural e estrutural com comércio) nos 96 distritos da cidade, e apontar onde é possível arborizar;

- Apoio da Prefeitura ao munícipe na conservação das calçadas, realizando campanhas, plantando árvores ou fornecendo mudas;

- Ajuste da cartilha existente e conclusão do “Manual de arborização urbana”, que está em elaboração por comissão de agrônomos da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA), no qual constarão as espécies de árvores adequadas ao plantio na cidade e forma de plantio.

- Participação dos Agentes Vistores nos levantamentos e orientações, bem como das equipes de técnicos e estagiários da área de gestão ambiental para cadastro, orientação e acompanhamento do munícipe. Os agrônomos das subprefeituras e técnicos e agrônomos dos Núcleos de Gestão Descentralizado da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA prestarão assessoria ao Programa.

Saneamento na cidade de São Paulo

- A)** Aplicar todas as definições da Política Nacional de Saneamento – Lei nº 11.445/07;
- B)** Propor estudos para a revisão do Plano Municipal de Saneamento e do contrato/convênio de prestação de serviço da SABESP, com a redefinição de metas e plano de investimentos;
- C)** Fortalecer todos os instrumentos que tenham como objetivo proteger os mananciais produtores de água para a cidade e Região Metropolitana de São Paulo;
- D)** Atuar como indutora da criação de instrumentos de controle social sobre a prestação dos serviços conforme preconizado pela Lei nº 11.445/07 e deverá realizar a Conferência Municipal de Saneamento;
- E)** Implementar gestão municipal sobre os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem, com vistas à melhoria da qualidade e à eficiência no controle, fiscalização e regulação dos serviços;
- F)** Atuar efetivamente para que o município exerça o papel de titular dos serviços de saneamento e tenha participação ativa na Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), responsável pela regulação dos serviços;
- G)** Criar sistema de indicadores para avaliação dos serviços bem como divulgar os índices de cobertura de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- H)** Pactuar com a Sabesp que até 2018 toda a população da cidade tenha acesso pleno ao abastecimento de água em quantidade e qualidade adequadas, bem como à coleta e ao tratamento de esgoto;
- I)** Integrar as Políticas de Saneamento e de Habitação como forma de garantir a universalização;
- J)** Participar da elaboração da política tarifária e exigir que se garanta o acesso ao saneamento pleno a toda a população através de tarifa social abrangente e mecanismos de subsídio, quando necessário;
- K)** Fiscalizar e acompanhar a aplicação do contrato existente entre a Sabesp e o Município;
- L)** Retomar a responsabilidade pela elaboração e controle do planejamento das ações de saneamento;



- M)** Criar mecanismos para, em conjunto com o Ministério Público e a Sabesp, garantir que toda a população da cidade que habita áreas ocupadas em processo de regularização tenha acesso aos serviços de saneamento;
- N)** Pactuar para que a Sabesp garanta capacidade operacional própria de forma a atender com qualidade as demandas pelos serviços na cidade;
- O)** Promover a integração das políticas de drenagem e de resíduos sólidos com as de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- P)** Desenvolver campanhas pelo uso racional da água e exigir da Sabesp a intensificação das ações com vistas à redução das perdas de água no sistema;
- Q)** Garantir a participação da administração municipal no Comitê de Bacias do Alto Tietê, de forma a fortalecer esse importante instrumento de gestão dos recursos hídricos e exercer papel de protagonista na articulação metropolitana;
- R)** Incentivar o desenvolvimento de alternativas técnicas capazes de promover maior alcance socioambiental.

Política de Resíduos Sólidos

- A)** Elaborar Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) baseado na nova Política Nacional de Resíduos Sólidos:
- Reaproveitamento e minimização de resíduos por meio de reciclagem e sistemas de tratamento (compostagem, biodigestão e outros), de forma a encaminhar somente os rejeitos aos aterros sanitários;
 - Feira Limpa com reaproveitamento de resíduos orgânicos e recicláveis;
 - Valorização de resíduos de poda;
 - Manejo e gestão de Resíduos de Construção e Demolição (RCD);
 - Incentivo à utilização de agregados e artefatos produzidos com materiais oriundos do RCD (em especial nas obras públicas);
 - Reestruturação e ampliação de rede de Ecopontos bem como sua redefinição com revisão das metas e remodelação de suas funções. Ampliar os Ecopontos de 56 para 140 nos quatro anos de governo;

- Manejo e aproveitamento de resíduos eletroeletrônicos e grandes objetos inservíveis;
- Erradicação da disposição irregular de resíduos em vias públicas;
- Instituir leis municipais para coibir o aumento da geração de resíduos, incentivando a reutilização de materiais e

estabelecendo metas setoriais (contrapondo-se a proposições casuísticas e pontuais).

B) Reciclagem e Coleta seletiva

- Reduzir a quantidade de resíduos destinada à disposição final;
- Possibilitar o reaproveitamento de materiais recicláveis, reinserindo-os no ciclo de produção;
- Promover a inclusão social, com geração de renda e melhoria das condições de trabalho dos catadores, por meio de

capacitação e formação continuada;

- Aumento do potencial econômico da comercialização dos recicláveis, por meio de triagem e beneficiamento;
- Desenvolver a cidadania e consciência ambiental da população por meio da difusão de conceitos e práticas relacionados

à Educação Ambiental.

C) Modernização do sistema de Limpeza Urbana

- Elaborar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos baseado na nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, redefinindo o programa de coleta seletiva, ampliando e melhorando a estrutura e as condições de trabalho nas centrais de triagem operadas por cooperativas e promovendo o cumprimento de leis de saúde ocupacional como condição para operação das Centrais;

- Redefinir as condições de sustentabilidade para as Centrais, considerando a necessidade de subsídios para operação e manutenção, bem como a garantia de rendimento médio para os cooperados;

- Impor o cumprimento dos investimentos e das metas contratuais da concessão dos serviços de limpeza, de forma a cumprir plenamente a política nacional de resíduos sólidos;

- Ampliar a coleta seletiva de 1% para 10% nos quatro anos de governo;



- Incentivo à criação de Centrais de Recuperação e Beneficiamento de Resíduos de Construção Civil.

Proposta para a Política Municipal de Educação Ambiental.

A Política Municipal de Educação Ambiental deve ser concebida de forma integrada e transversal com as demais políticas públicas do município. Ela deve ter por base as seguintes diretrizes e propostas:

- Fortalecimento e organização das estruturas do poder público de modo a garantir o funcionamento das Secretarias e órgãos da prefeitura relacionados à implantação da política de Meio Ambiente;

- Contratação de agentes públicos, por meio de concurso, para dar sustentação ao planejamento, à execução e ao monitoramento desta e de outras políticas integradas;

A) Criação da Comissão Municipal Interinstitucional de Educação Ambiental (CIMEA), a qual possibilitará a implantação da Política Municipal de Educação Ambiental de forma coordenada e integrada aos aspectos pedagógicos definidos pelos programas e projetos instituídos pela educação formal, inter-relacionando as pastas de Meio Ambiente e de Educação.

Política de Educação Ambiental

A) Desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis;

B) Estimular e apoiar processos de formação de educadores ambientais;

C) Estimular e apoiar processos de formação ambiental continuada e inicial de professores dos sistemas de ensino;

D) Contribuir com a organização de voluntários, profissionais e instituições que atuam em programas de intervenção, ensino e pesquisa em educação ambiental;

Política Municipal de Biodiversidade e Áreas Verdes

- A)** Consolidar a implantação das Unidades de Conservação de Proteção Integral (parques naturais municipais: Fazenda do Carmo, Cratera de Colônia, Jaceguava, Itaim, Varginha e Bororé), executando as ações previstas nos seus Planos de Manejo, fortalecendo seus conselhos consultivos e envolvendo a comunidade do entorno no processo;
- B)** Implantar Núcleos do Programa de Jovens da Reserva da Biosfera nos extremos do município, de forma articulada com as subprefeituras: no Sul e Leste, nos parques naturais existentes – também no Sul, fortalecendo o Núcleo do Programa de Jovens das APAs em Parelheiros; no Norte e Oeste, em parceria com o Estado – nos parques da Cantareira e Fazenda Tizzo – e com as organizações não governamentais locais, empregando recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- C)** Fortalecer e ampliar a gestão participativa das Áreas de Proteção Ambiental (APA) Capivari-Monos e Bororé-Colônia;
- D)** Elaborar e implantar o Plano de Manejo da APA Bororé-Colônia e o da APA Capivari-Monos;
- E)** Fortalecer e aparelhar a fiscalização ambiental das áreas de proteção aos mananciais e APAs municipais, de forma articulada com as subprefeituras e os órgãos estaduais;
- F)** Integrar a gestão das APAs municipais e estudar a ampliação de seus limites para a região do Jaceguava, como estratégia para maior controle social do uso e ocupação do solo na região, em especial da especulação imobiliária;
- G)** Articular a criação de um Mosaico de Áreas Protegidas na área Sudoeste da região metropolitana de São Paulo, compreendendo as APAs Capivari-Monos e Bororé-Colônia, os parques naturais municipais Cratera de Colônia, Jaceguava, Itaim, Varginha e Bororé, os núcleos Curucutu e Itutinga Pilões do Parque Estadual da Serra do Mar, a terra indígena Tenonde Porã (atualmente aldeias Barragem e Krukutu) e outras áreas protegidas, estendendo-se desde o parque municipal do Pedroso e Santo André (a Leste) até a Reserva Morro Grande da Sabesp, a Oeste;
- H)** Fortalecer a gestão participativa nos parques urbanos e lineares;
- I)** Mapear e registrar a vegetação significativa do município de São Paulo, revendo o mapeamento existente (Decreto Estadual e publicação

Vegetação Significativa do Município de São Paulo), incluindo as nascentes;

J) Aprimorar a legislação de criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural municipal, tornando-a menos burocrática e mais atrativa.

K) Combate à Poluição Atmosférica, por meio das seguintes Ações:

- Dar continuidade à inspeção veicular, reformulando o modelo hoje em vigor e com a revogação da taxa criada pela gestão anterior;
- Implantar uma política de diálogo e parceria com os setores mais poluentes, visando a redução da emissão, criando metas definidas

e buscando soluções inovadoras;

- Adotar um sistema de indicadores de poluição e uma política de metas para a melhoria das condições ambientais;
- Implantar um sistema de informação regionalizada da qualidade do ar;
- Estabelecer parceria com os demais municípios e com o governo do Estado, com o objetivo de implantar política metropolitana

pela melhoria da qualidade do ar;

- Promover o uso de energias renováveis e a substituição gradual dos combustíveis fósseis, com metas definidas, por outros de

menor potencial de emissão de gases de efeito estufa e da poluição atmosférica, como está explicitado no Programa de Mobilidade Urbana e

Transportes;

- Instrumentalizar a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente para que ela se torne articuladora de iniciativas multisetoriais,

voltadas à transição para uma economia de baixo carbono.

11 - DIGNIDADE, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Educação em Direitos Humanos

- A) Fortalecer a cultura da solução dialógica, pacífica e preventiva de conflitos, do respeito, da tolerância, do pluralismo e dos direitos nas práticas educacionais;
- B) Implantar nos projetos político-pedagógicos da educação municipal os direitos e deveres que dão suporte à dignidade da pessoa humana;
- C) Assegurar a consolidação de meios institucionais para a solução e mediação de conflitos envolvendo questões de direitos humanos;
- D) Fomentar a inclusão, no currículo municipal, das temáticas relativas a gênero, idade, raça e etnia, religião, orientação sexual, necessidades especiais, entre outras;
- E) Estimular a formação de redes intersecretariais de proteção social nas subprefeituras;
- F) Desenvolver material didático (textos, artigos, revistas, gibis, vídeos e materiais multimídia) e providenciar acesso a documentos, legislação e cartilhas de educação em direitos humanos;
- G) Desenvolver base virtual de dados, acervo de material didático digital, disponível para a ampla acessibilidade de estudantes e professores, em conformidade com as ações voltadas à informática educacional;
- H) Implantar política para oferta de formação continuada, cursos de capacitação e suporte profissional ao trabalho dos educadores em direitos humanos;
- I) Promover eventos abertos à comunidade sobre acesso aos direitos nos ambientes escolares, integrando os equipamentos públicos



e as práticas de educação em direitos humanos;

J) Fomentar a criação de centros de referência em educação em direitos humanos, com o apoio dos Polos da Universidade Aberta do Brasil instalados nas subprefeituras;

K) Promover o monitoramento dos avanços da educação em direitos humanos na rede municipal, mapeando suas fragilidades, dificuldades e tarefas;

L) Implantar mecanismos de premiação e estímulo, destinados a estudantes e docentes, para estudos, iniciativas, projetos e atividades de educação em direitos humanos.

Pessoas com Deficiência: São Paulo sem Limite

A) Articular em conjunto com a Secretaria de Educação ações que ampliem o acesso de estudantes com deficiência, conforme previstos no item “Educação Especial” deste programa de governo;

B) Buscar beneficiários do Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) com idade entre 16 e 45 anos para inserção no mercado de trabalho;

C) Criar serviço de Centros-dia de Referência para Pessoas com Deficiência em articulação com o Sistema Único de Saúde;

D) Garantir plena acessibilidade nos eventos, atividades e espaços de cultura, lazer e esportes para que as pessoas com deficiência usufruam dos ambientes públicos ou de caráter público em todos os sentidos e formas;

E) Garantir o direito a moradia adequada à sua condição física, sensorial e intelectual através do Programa Minha Casa Minha Vida II;

F) Fazer cumprir toda a legislação de acessibilidade relativa ao transporte público e à mobilidade urbana;

G) Efetivar a Rede de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência, contemplando a identificação e prevenção de deficiências, os serviços de habilitação e reabilitação e de especialidades odontológicas;

H) Ampliar e efetivar o atendimento às pessoas com autismo, síndrome de Down e doenças raras.



Migrações e Trabalho Escravo

- A) Mapeamento qualitativo e quantitativo das condições dos imigrantes de São Paulo, para servir de subsídio à gestão de políticas públicas de acolhimento e apoio, em parceria com diferentes órgãos do governo federal;
- B) Promoção e valorização da participação da sociedade civil e de grupos organizados de imigrantes no debate em torno da efetivação de todos os seus direitos sociais e profissionais;
- C) Implantação de programas de informação e assistência que combatam práticas análogas ao trabalho escravo, sem que isso leve à deportação de imigrantes ou provoque mais estigmatização ou agravamento da vulnerabilidade;
- D) Orientação a todas as secretarias com interface nesse tema a levarem em conta as questões específicas relacionadas com diferenças culturais e linguísticas, debatendo a necessidade de oficialização de unidades escolares e de saúde multi ou interculturais, onde a formação dos trabalhadores seja prioridade.
- E) Apoiar e reconhecer como verdadeiro patrimônio cultural contemporâneo de São Paulo as feiras e espaços abertos de convivência que os imigrantes vêm criando e fortalecendo ao longo dos anos, como é o caso das já tradicionais feira dominical do Brás e feira da Praça Kantuta, no Pari.

População em situação de rua

- A) Integrar as políticas de Assistência, Saúde e Segurança;
- B) Promover a recuperação da integralidade da rede de proteção e estabelecer pactos com o Judiciário na atenção a crianças, adolescentes, idosos e população em situação de rua;
- C) Reordenar os albergues conforme dispõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – que prevê, dentre outras ações, pequenas unidades com no máximo 50 pessoas –, bem como fortalecer e ampliar as redes de Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, do Ministério do Desenvolvimento Social (CentroPop/MDS).

- D) Criar cadastro, conforme portaria 610 do Ministério das Cidades, para atendimento da demanda das pessoas em situação de rua, bem como desenvolver programas habitacionais de interesse social, com gestão compartilhada entre moradores e Prefeitura, sem repasse da titularidade ao usuário;
- E) Abordar rigorosamente a violência institucional, por meio de processos de educação em direitos humanos junto à Guarda Civil Metropolitana, e propor parcerias com a mesma finalidade aos organismos estaduais de Segurança Pública;
- F) Fortalecer as equipes de Consultório na Rua e de abordagem social para assistência e atendimento da saúde, incluídos os tratamentos relacionados ao abuso de álcool e outras drogas;
- G) Fortalecer programas de formação profissional, como o Pronatec/MEC, criando condições para a inclusão dessas pessoas;
- H) Fomentar a criação de cooperativas para a autonomia laboral, financeira e criativa do povo da rua;
- I) Atuar na recuperação das áreas degradadas da cidade por meio de projetos de integração e promoção social e econômica da população de rua.

Direitos da Pessoa Idosa

- A) Promover os direitos do idoso na área da saúde, por meio de integração de programas e linhas de cuidado com as ações desenvolvidas nos equipamentos públicos de esporte, lazer e cultura. Ampliar os Centros de Referência da Saúde do Idoso (CRIs), implantar Casas ou Centros-Dia e garantir acesso ao atendimento de alta complexidade. As Casas ou Centros-Dia são locais de apoio ao idoso dependente (sem autonomia) em interface com as famílias que não possuem recursos para pagar cuidadores.
- B) Ampliar os Centros de Convivência, locais planejados para acolher e possibilitar convivência e interação social entre idosos dotados de autonomia. Serão criados 10 centros desse tipo. Hoje só existe um, na Vila Formosa;
- C) Criar programas sociais de moradia destinada ao público idoso de baixa renda, seguindo as mesmas determinações deste programa de governo para Desenvolvimento Urbano e Habitação, entre as quais: (1) a partir da reabilitação de edifícios vazios e/

ou obsoletos para uso habitacional; (2) da produção de condomínios compostos por famílias com perfil heterogêneo, garantindo sempre a prioridade de atendimento para a faixa de zero a três salários mínimos; (3) da locação social para demandas específicas;

D) Incentivo à formulação de uma cultura do envelhecimento que dialogue de maneira intergeracional com as questões específicas do envelhecimento. Essa ação deverá ser articulada com os polos da Universidade Aberta do Brasil a serem criados nas subprefeituras;

E) Criar núcleos de combate à violência contra o idoso com atendimento multiprofissional;

F) Implantar programa Agentes do Idoso, de capacitação de profissionais para trabalhar no cuidado integral dos idosos.

Populações indígenas

A) Retomar o projeto de moradia indígena para os Pankararu da Zona Leste, iniciado pela Secretaria de Habitação na gestão Marta Suplicy;

B) Melhorar a Unidade Básica de Saúde-UBS Indígena (Saúde da Família) da favela do Real Parque, para que essa comunidade e outros Pankararu da Zona Sul possam ser atendidos.

C) Criar uma UBS no Parque Santa Madalena para o atendimento dos Pankararu e de outros indígenas que vivem nessa região.

D) Orientar a Secretaria de Educação no sentido de que os professores introduzam história e cultura indígena na sala de aula, recuperando as verdadeiras raízes nacionais e corrigindo preconceitos;

E) Assegurar acompanhamento específico e diferenciado para monitores e professores indígenas do Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI) existente nas aldeias Guarani, e articular as iniciativas previstas nesse programa de governo para a educação no que tange à “Educação Indígena”;

F) Implantar programa permanente de intercâmbio entre os indígenas e as escolas municipais, promovendo o conhecimento mútuo entre crianças e adolescentes;

G) Abrir espaços para a comercialização de artesanato e outros produtos indígenas, visando a autossustentação dessas comunidades, promovendo a articulação com as iniciativas previstas nesse programa para a estratégia de desenvolvimento local e economia solidária;

- H) Reforçar o Conselho Municipal Indígena, favorecendo o diálogo permanente entre as várias secretarias a respeito do tema;
- I) Propiciar a articulação entre organismos municipais, estaduais e federais, bem como entre entidades da sociedade civil e do Ministério Público, para garantir assessoria jurídica aos indígenas da cidade para efetivação do Usucapião Coletivo, nos termos do Estatuto da Cidade, e do Programa de Regularização Fundiária de Favelas e Loteamentos, previsto neste programa de governo.

Diálogo Inter-Religioso

Para construir uma cidade educadora, humana, que valorize e respeite os direitos humanos, é preciso que o Governo Municipal incorpore políticas públicas que promovam o respeito e a paz entre as diferentes religiões e outras formas de expressão cultural, religiosas ou não, incluindo:

- A) Todas as unidades da Administração Municipal terão como orientação o pleno respeito à livre manifestação religiosa;
- B) O programa municipal de educação em Direitos Humanos enfatizará o respeito a todas as formas de culto e de exercício religioso;
- C) Todos os templos e espaços de manifestação religiosa serão igualmente respeitados, em observância estrita aos preceitos do caráter laico do Estado e de completa liberdade de manifestação religiosa assegurados pela Constituição Federal;
- D) No planejamento das atividades públicas municipais (programas, concursos, festas etc.) serão igualmente consideradas as datas mais significativas no calendário anual das diferentes religiões.

Direitos Do Consumidor

- A) Criação do Procon Paulistano como forma de inserir o consumo nos marcos democráticos da justiça e da cidadania, propiciando inclusive ações civis públicas e ações coletivas de proteção;
- B) Criação de um Sistema Municipal de Defesa do Consumidor integrado aos diversos órgãos públicos que tratam de questões relativas aos consumidores, e de um Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, com ampla participação do poder público e da sociedade civil;

- C) Garantir relações de consumo equilibradas, a qualidade e segurança dos produtos ofertados e apoiar as ações da Vigilância Sanitária Municipal, em interface com o Ipem e o Inmetro;
- D) Criação de mecanismos que garantam os padrões de qualidade no atendimento, fornecimento e prestação de serviços das empresas e órgãos públicos municipais;
- E) Incluir – seguindo os parâmetros curriculares do MEC – a educação para o consumo no programa de Ensino Fundamental.

Direito à Memória e à Verdade

- A) Contribuir com todas as atividades da Comissão Nacional da Verdade, bem como com os organismos congêneres já em funcionamento no Legislativo Estadual Paulista e na Câmara de Vereadores;
- B) Criação de uma Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça no âmbito do Executivo municipal, que retome as buscas pelos restos mortais dos mortos e desaparecidos políticos, iniciadas no governo Erundina, nos cemitérios de Perus, Parelheiros e Vila Formosa;
- C) Criação de espaços e sítios históricos de memória e resistência nos locais onde se praticaram torturas e execuções sumárias durante o período da ditadura militar, como a Casa da Lapa e o sítio 31 de Março;
- D) Retomada das iniciativas de nomeação de escolas, bibliotecas, praças, parques e vias públicas homenageando as pessoas que perderam a vida na luta pela liberdade, apoiando iniciativas para alterar os nomes dos próprios municipais e logradouros que valorizam responsáveis por torturas e outros delitos contra a humanidade.

Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

- A) Fortalecer o Conselho de Direitos, os Conselhos Tutelares e demais Conselhos;
- B) Estimular e propiciar a atuação em rede, integrando todos os atores do Sistema de Garantia;
- C) Atuar na ótica da incompletude institucional;

- D)** Retomar análises e desenvolvimento dos trabalhos dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), dos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), dos Centros de Referência da Criança e do Adolescente (CRECAs) e dos CAPS, entre outros, na perspectiva do fortalecimento da família, conforme previsto no ECA;
- E)** Desenvolver programas e ações que fortaleçam as famílias e o bom convívio familiar;
- F)** Retomar o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar (PROASF);
- G)** Implantar o Programa Brasil Carinhoso, conforme decreto nº 7.758, de 15/06/2012;
- H)** Implantar o Programa Saúde na Escola (PSE), conforme Decreto nº 6.286, de 5/12/2007;
- I)** Melhorar o processo de Educação Inclusiva, aumentando o número de Auxiliares de Vida Escolar (AVES) e o atendimento nos Centros de Formação e Apoio à Inclusão (CEFAIs);
- J)** Propiciar abrigo especializado para atender mães adolescentes gestantes ou com crianças de colo;
- K)** Criar e manter, através de parcerias, repúblicas para adolescentes que completam 18 anos e precisam deixar os abrigos;
- L)** Disponibilizar serviços de proteção, prevenção, atendimento e apoio a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, abusos e exploração;
- M)** Ampliar o Núcleo Integrado de Reabilitação (NIR);
- N)** Realizar diagnóstico sobre a real situação do uso de drogas e álcool, tendo em vista a formulação de um Plano Municipal de Prevenção;
- O)** Trabalhar os vários níveis de prevenção ao uso e abuso de drogas e álcool, na perspectiva da valorização da vida e do autocuidado;
- P)** Ampliar o Plano Integrado de Enfrentamento ao crack e outras drogas, para crianças e adolescentes, conforme Decreto nº 7.179 de 2010;
- Q)** Disponibilizar apoio e retaguarda aos Conselhos Tutelares na busca de proteção para crianças e adolescentes vitimizados pela drogadição;
- R)** Ampliar a rede de CAPS Álcool e Drogas (CAPSAD) e Infantil;
- S)** Instituir o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e elaborar o Plano Municipal, conforme previsto pelo SINASE;
- T)** Criar e manter programas de atendimento para a execução de medidas socioeducativas em meio aberto, utilizando-se do conhecimento



do Núcleo de Ação Integrada (NAI) da cidade de São Carlos;

U) Oferecer ao Poder Judiciário alternativas de programas em meio aberto, como forma de diminuir a aplicação da medida socioeducativa de internação;

V) Implantar oficinas para fomento de cultura nos espaços dedicados a crianças e adolescentes;

W) Fortalecer e ampliar a participação de crianças, adolescentes e adultos nas Conferências dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (DCAs);

X) Utilizar a Lei nº 11.525/2007 para que educandos do ensino formal participem das DCAs;

Y) Fomentar a participação de crianças nas Conferências Regionais Lúdicas DCAs e Municipais Lúdicas DCAs, acompanhadas por responsáveis e técnicos que qualifiquem sua participação sem prejudicar sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

Z) Valorizar as resoluções das Conferências Regionais e Municipais DCAs, propondo ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) que se posicione, através de sua competência, considerando essas deliberações, quando da formulação ou sugestão de políticas públicas voltadas para as crianças, adolescentes e suas famílias.

Direito à Diversidade Sexual

O governo Haddad colocará em prática o Plano Municipal de Combate à Homofobia, elaborado nas Conferências Municipais de 2008 e 2011, e que até hoje não saiu do papel, englobando os seguintes eixos:

A) Saúde – sensibilizar e capacitar os profissionais de saúde para o atendimento humanizado e respeitoso dos indivíduos LGBTs;

B) Educação – realizar formação continuada dos profissionais da rede municipal de ensino e desenvolver campanhas pela convivência pacífica com as diferenças junto aos estudantes e suas famílias;

C) Segurança – orientar e capacitar a Guarda Civil Municipal e a Polícia Militar para o tratamento igualitário de todo e qualquer



cidadão, com o devido respeito exigido por lei, inclusive os LGBTs e outras populações marginalizadas, na perspectiva da plenitude dos Direitos Humanos;

D) Cultura – abrir os equipamentos municipais de cultura à produção cultural da comunidade LGBT para que a mesma possa expressar com liberdade sua maneira de ser e sua dignidade;

E) Nome social - tornar obrigatório o uso do nome social de travestis e transexuais nos serviços públicos de atendimento cotidiano pois é com ele que a pessoa se identifica;

F) Criar Centros de Referência e Combate à Homofobia em todas as regiões de São Paulo. Este equipamento social será implementado de forma articulada com outros serviços de combate às desigualdades e contará com: (1) advogados que providenciem processos de criminalização das situações de discriminação e violação de direitos; (2) psicólogos que auxiliem as vítimas de preconceito; (3) assistentes sociais que orientem e encaminhem LGBTs em situação de vulnerabilidade social aos serviços de atenção e proteção que os ajudem a retomar sua vida com dignidade;

G) Dotar a Coordenadoria da Diversidade Sexual (CADS) de recursos humanos, materiais e orçamentários para cumprir sua missão de articular as políticas públicas que atendem diretamente a população LGBT; implantar uma unidade móvel, subordinada ao CADS, para divulgar e promover os direitos e da cidadania LGBT em São Paulo;

H) Ampliar, detalhar e analisar o mapeamento de ocorrências homofóbicas no âmbito do município;

I) Fortalecer o Conselho Municipal LGBT revendo suas atribuições, composição e forma de eleição para que seja efetivamente representativo da comunidade.

Promoção da Igualdade Racial: uma proposta para voltarmos a governar a cidade de São Paulo.

São diretrizes da promoção da igualdade racial na cidade de São Paulo:

- Adotar o princípio da não discriminação nas políticas sociais, o que significa diagnosticar, localizar, planejar, definir diretrizes



e metas e implementar ações para eliminar fontes de discriminação direta e indireta, bem como todas as formas de desigualdades, preconceito e racismo;

- Assegurar a transversalidade das políticas de promoção da igualdade racial, superação do racismo e melhor condição de vida para a população negra, no âmbito das secretarias e demais órgãos da administração pública na cidade de São Paulo;

- Implementar e ampliar na esfera municipal as políticas, os programas e as ações afirmativas dirigidas à população negra, que foram consolidadas nos oito anos de governo Lula e que tem continuidade no governo da Presidenta Dilma Rousseff;

- Capacitar gestores públicos através de programas educativos que, por sua natureza, possam garantir a aceitação e o cumprimento dessas políticas e modificar as disposições e práticas administrativas que sejam incompatíveis com as mesmas;

- Garantir ações e programas específicos de políticas públicas que contribuam com o empoderamento da população negra no mercado de trabalho, bem como, investir no fortalecimento institucional das organizações do movimento negro paulistano.

Para tanto foram formuladas as seguintes propostas:

A) Criar a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPPIR), e estabelecer responsabilidades na estrutura central e nas subprefeituras, para garantir capilaridade das políticas e ações;

B) Fortalecer o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, com vistas a estimular a representação institucional das organizações que combatem o racismo na sociedade paulistana;

C) Elaboração de um Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial para a cidade de São Paulo, tendo como uma de suas principais ações a implementação do Estatuto da Igualdade Racial, instituído por meio da Lei nº 12.288/10;

D) Ações para a Promoção da Igualdade Racial e Combate às desigualdades raciais na educação:

- Fortalecer o Marco Legal promovendo a implementação da Lei nº10.639, sancionada pelo Presidente Lula que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e AfroBrasileira nos estabelecimentos do ensino médio e fundamental, públicos e privados, promovendo a formação para os profissionais de educação e produção e distribuição de material didático e paradidático;



- Promover a gestão democrática e mecanismo de participação social. Manter permanente diálogo com instituições de ensino, gestores educacionais, representações do movimento negro e da sociedade civil organizada para a implementação das Leis nº10.639/03 e nº11.645/08; garantir a participação efetiva da Secretaria Municipal de Educação nos Fóruns Nacional e Estadual de Educação e Diversidade Étnico-racial, para atuação de forma colaborativa em âmbito Nacional e Estadual;

- Promover e estimular a inclusão do quesito raça ou cor em todos os formulários de coleta de dados de alunos em todos os níveis do sistema municipal de educação.

E) Ações para Promoção da Igualdade Racial e Combate às desigualdades raciais na saúde

- Assegurar a implementação de programas especiais para prevenir doenças prevalentes na população negra, como anemia falciforme, miomatose, hipertensão arterial, diabetes, lúpus, entre outras;

- Desenvolver ações específicas de combate à disseminação de HIV/AIDS e demais Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) junto à população negra;

- Reduzir a mortalidade precoce da população negra, principalmente as relativas à mortalidade infantil, materna e de jovens, estas associadas a homicídios. Melhorar a coleta e análise de dados desagregados por raça/cor que não tem sido realizada de forma sistemática, o que tem inviabilizado o conhecimento sobre a situação de saúde da população negra do município;

- Desenvolver campanhas para que essas políticas sejam de conhecimento da população e a formação continuada dos(as) trabalhadores dos serviços de saúde, para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) da cidade de São Paulo;

- Intensificar a implementação do programa Integral da Saúde da Mulher, incluindo o desenvolvimento de programas específicos que contemplem raça e gênero;

F) Propostas para a Promoção da Igualdade Racial, fortalecendo a cultura negra na cidade de São Paulo.

- Consolidar instrumentos de preservação do patrimônio cultural, material e imaterial e fomentar as manifestações dos



diversos grupos étnico-raciais brasileiros presentes na cidade;

- Desenvolver programas que assegurem igualdade de oportunidade e de tratamento nas políticas das novas tecnologias

digitais com recorte de gênero, raça e faixa etária;

- Combater toda forma de intolerância religiosa.

G) Promoção da Igualdade Racial criando oportunidades de trabalho, emprego e renda.

• Realizar pesquisa para mapear a quantidade de funcionários(as) públicos negros(as), o nível hierárquico, a faixa salarial, o nível de escolaridade e o tempo de casa. Avaliar a implementação de providências para que funcionários(as) negros progressivamente ocupem cargos em níveis hierárquicos superiores, buscando a proporcionalidade indicada na pesquisa;

• Realizar campanhas de conscientização do empresariado paulistano acerca da necessidade do combate a discriminação racial nas relações de trabalho;

• Implementar campanha pela ratificação das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) números 100 e 111 que tratam da igualdade de condições de trabalho e salários entre homens e mulheres e do combate à discriminação racial no ambiente de trabalho;

• Promover, através das organizações da Sociedade Civil, a valorização e viabilização do empreendedorismo afrobrasileiro nos espaços e/ou segmentos culturais.

H) Propostas para a Promoção da Igualdade de Raça e Gênero

- Promover políticas de capacitação, com recorte de raça e gênero, para o mercado trabalho;

- Reduzir os índices da mortalidade materna, neonatal e infantil da população negra;

• Combater a violência doméstica e capacitar profissionais de segurança pública em metodologia especializada na promoção da igualdade racial;

- Intensificar a implementação do programa Integral da Saúde da Mulher, incluindo o desenvolvimento de programas



específicos que contemplem raça e gênero;

- Integração de São Paulo à agenda do Trabalho Decente do Governo Federal.

Um Tempo Novo Para a Juventude

A) Cidadania e participação:

- Promover a participação dos jovens nos diversos conselhos regionais e temáticos para que colaborem na formulação de políticas públicas e exerçam o controle social;
- Incentivar e apoiar as diversas iniciativas de movimentos e organizações juvenis em suas atividades e projetos, por meio de editais públicos e da participação na gestão de equipamentos de interesse da juventude;
- Incentivar programas formativos que apoiem os jovens na elaboração de projetos sociais, visando subsidiar a atuação das organizações e dos movimentos juvenis;
- Apoiar a organização dos estudantes nos grêmios estudantis e outras formas associativas.

B) Trabalho e geração de renda

- Ampliação do programa Bolsa Trabalho. Estender a faixa etária atendida pelo programa para jovens até 24 anos;
- Criação de programas municipais de crédito e microcrédito para jovens empreendedores, em conformidade com as propostas para o desenvolvimento econômico e social deste programa de governo;
- Qualificação profissional para jovens que atuam em áreas não formais de trabalho (como DJs, motoboys, web designers, etc.), bem como incentivo para formalização profissional através de inscrição para Microempreendedor Individual (MEI);
- Criação de um banco de empregos especial para jovens em conflito com a lei, para coibir a reincidência e permitir sua ressocialização;
- Combater o serviço precário da juventude, com a criação de premiações para o “Empresário Parceiro da Juventude”.



C) Saúde

- Implantar programas para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, ações de esclarecimento e prevenção da gravidez indesejada voltados para adolescentes e jovens;
- Realizar Campanha de Saúde Juvenil para tratar de questões como saúde sexual e reprodutiva, drogas, inclusive para esclarecimento, tratamento e prevenção do consumo de drogas;
- Promover programa de incentivo às jovens mulheres para realização de exames ginecológicos ainda na adolescência e primeira juventude;
- Promover programa de orientação, prevenção e combate à obesidade, integrado às escolas e ao Programa Saúde da Família;
- Ampliar o acesso e divulgar as ações dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e do programa de redução de danos. Realizar atividades itinerantes, promovidas pelos postos de saúde, para levar informação e atendimento aos jovens.

D) Cultura e arte

- Fortalecer e estimular ações na semana do hip-hop;
- Promover programações para a juventude nos diversos equipamentos culturais da cidade;
- Criar o projeto “Cidade Grafite”, que visa oferecer aos jovens formação em grafite;
- Fiscalizar e garantir o cumprimento da lei de Meia-Entrada a jovens nas atividades culturais e esportivas do município;
- Realizar um mapeamento do perfil sociocultural dos jovens, promovendo cadastramento dos diversos grupos culturais da cidade e divulgando-o para possibilitar o apoio às diversas iniciativas juvenis.

E) Comunicação e inclusão digital

- F) Criar o projeto Jornais Juvenis Associados, incentivando a criação e/ou ampliação de jornais de movimentos e organizações juvenis para divulgação das ações culturais, sociais e esportivas dos jovens;



G) Meio ambiente e qualidade de vida

- Formar Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDAS) entre escolas e comunidades.;
- Promover eventos que tenham como temática o meio ambiente e a economia solidária.

H) Combate ao Racismo

- Realizar campanhas afirmativas e de valorização da juventude negra.

I) Moradia Digna

J) Políticas habitacionais específicas para jovens famílias, que facilitem a aquisição de moradias populares.

K) Participação Juvenil e Institucionalização das Políticas para a Juventude (PPJs).

- Instituir sistema municipal de políticas para a juventude, articulando as políticas, os programas e ações dos governos federal, estadual e municipal, assumindo o compromisso com as resoluções e propostas da I e II Conferências Nacionais de Políticas para Juventude (2008 e 2011);

- Realizar um mapeamento da juventude da cidade que permita a análise dos dados por subprefeitura ou distritos e o recorte de condição socioeconômica, sexo e raça/etnia e identifique o acesso de jovens aos principais direitos, oferecendo subsídios para a elaboração de um Plano Municipal de Juventude;

- Elaborar o Plano Municipal de Juventude por meio de um processo amplamente participativo em consonância com o Plano Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude;

- Recuperar e qualificar o papel dos auxiliares de juventude e das Estações Juventude Regionais (Lei nº 13.735) para que desempenhem, nas suas regiões, a função de aproximar jovens da gestão das políticas e da Coordenadoria Municipal de Juventude, atuando como agentes mobilizadores e articuladores da política municipal de juventude, com autonomia para construir e estabelecer relação com as entidades e organizações juvenis de cada região;

- Consolidar as Estações de modo que elas sejam um espaço de desenvolvimento integral dos jovens, estimulem a



convivência comunitária, possibilitem o acesso à informação, a democratização do acesso ao lazer e à produção e fruição artística e cultural, além de promover atividades que estimulem a participação cidadã;

- Garantir a participação dos jovens na elaboração, execução e avaliação das políticas de juventude;
- Apoiar e incentivar a formação de Redes de Organizações e Movimentos de Juventude;
- Rever a Lei do Conselho Municipal de Juventude, visando assegurar a democracia interna, com paridade na representação

e alternância da presidência entre poder público e sociedade civil, estrutura burocrática mínima de funcionamento, eleição de conselheiros da sociedade civil amplamente divulgada e representação da diversidade juvenil do município nas cadeiras de representação dos conselheiros;

- Reimplementação dos Fóruns Jovens: com papel de articulador das demandas dos jovens na construção da política da cidade como um todo;

- Criação do Portal da Juventude com linguagem própria, que trate dos diversos temas relacionados à juventude, além de servir como central de referência para ações, campanhas, cadastros de vaga de emprego, atividades culturais, informações úteis etc.

Um Tempo Novo para as Mulheres

A) Criar a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres – Com o papel de elaborar, coordenar e articular políticas públicas para as mulheres no conjunto do governo.

B) Rede Mulher Cidadã

- Promover a autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, incentivando a qualificação profissional das mulheres;
- Organização de Campanhas Educativas visando alterar o quadro de divisão sexual de trabalho, diminuindo as desigualdades

de gênero, raça e classe que estão relacionadas ao trabalho doméstico;

- Instituir o Prêmio para Empresa Amiga da Mulher Paulistana;



- Implantar o Plano Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, ampliando sua abrangência para as áreas de saúde mental, do trabalho e das doenças sexualmente transmissíveis;

- Implementar campanhas para prevenção e tratamento do câncer feminino, tanto ginecológico como de mama;

C) Implementar a Rede Solidária:

- Elaborar e implantar programa municipal de enfrentamento e prevenção à violência doméstica, com multiplicação, ampliação e reequipamento dos Centros de Cidadania da Mulher, Casas de Passagem e Casas Abrigo. Realização de campanhas educativas pelo fim da violência e de divulgação da Rede Solidária;

- Ofertar serviços articulados ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, estabelecendo uma rede de trabalho e ações entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, com os movimentos de mulheres e com os diferentes grupos e segmentos sociais comprometidos com a luta pelo fim da violência contra as mulheres;

- Avaliar a utilização da violência de gênero como indicador para atribuir ponderação diferenciada nos critérios de seleção aos programas sociais da Prefeitura, priorizando as vítimas de violência no acesso a tais programas. Da mesma forma, deve-se garantir acesso especial às mulheres com transtornos mentais e/ou com necessidades especiais;

- Promover a intersetorialidade na promoção da assistência integral às mulheres, através da estruturação de uma rede de apoio que integre as áreas de educação, saúde, geração de emprego e renda, assistência social, habitação, justiça e cidadania.

12 - SEGURANÇA URBANA

A) Programa Territorializado de Prevenção da Violência e da Criminalidade

O enfoque municipal da segurança não deve ser feito a partir da lógica repressiva. Nem a Constituição brasileira atribui esta tarefa ao Município. O objetivo é, ao mesmo tempo, a recuperação da cidade, da cidadania, da segurança, da imagem e do desenvolvimento dos territórios.

- Implantação de um programa territorializado de prevenção intersetorial e participativo, nos moldes dos Territórios da Paz do Pronasci.
- Criação de um Comitê Gestor Intersetorial, coordenado pela Secretaria de Segurança Urbana, para articular os projetos e ações e pensar as estratégias capazes de fomentar a participação comunitária e a governança corporativa nos territórios.
- Constituir Comissões Cíveis Comunitária nas Subprefeituras.

B) Política sobre o Crack

- Implementar ação intersetorial (Saúde, Assistência Social, Emprego e Renda, Educação, Ambiente Urbano, Cultura, Lazer, Esportes etc.), desenvolvida de forma integrada com o Governo Estadual e com o Governo Federal, por meio de seu Programa “Crack é Possível Vencer”.
- Na Saúde, as unidades não devem ser grandes e precisam seguir a lógica da territorialização. Os CAPS devem ser distribuídos nas várias regiões da cidade e funcionar 24 horas, diferenciando público o infantojuvenil do adulto, e de gestantes usuárias de drogas.



B) Videomonitoramento Integrado

- Integrar os sistemas das diversas instituições municipais para melhor o aproveitamento das informações (Guarda Civil Metropolitana, Companhia de Engenharia de Tráfego, SAMU, Defesa Civil);

- Integrar o sistema com a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros;

- Ampliar o videomonitoramento para locais mais vulneráveis à criminalidade e a acidentes;

- Criar bases móveis da GCM com videomonitoramento. Há microônibus adaptados para isso, com câmeras telescópicas, operadoras de mesa;

- Ligar estas medidas a ações preventivas em locais mais vulneráveis e ao enfrentamento do crack e outras drogas;

- Sistematizar as informações em proveito da inteligência em matéria de segurança urbana.

C) Observatório de Segurança

- Entre as competências da Secretaria Municipal de Segurança Urbana está a de “promover uma adequada gestão da informação, por meio do acesso aos dados e às estatísticas criminais produzidas pelo governo do Estado, pela União e Municípios da Região, agregando outras fontes de informações, a fim de que se desenvolva o Observatório da Segurança”;

- Para dar conta dessa tarefa, o Município de São Paulo deverá pleitear junto ao governo do estadual a ampliação do acesso às Informações Criminais da Secretaria de Segurança Pública do Estado, sistema chamado INFOCRIM. Ter um mapa dos bairros e ruas onde há mais ocorrências de crime é fundamental para estabelecer ações preventivas de segurança. Deverá também pleitear junto ao Governo Federal acesso ao Sistema de Informação de Segurança (INFOSEG) do Ministério da Justiça. Decreto do então Presidente Lula estabeleceu a possibilidade de os Municípios terem acesso ao INFOSEG por meio de Convênio de Cooperação Federativa com a União;

- Além dos dados criminais, o Observatório de Segurança Cidadã poderá levantar outros dados que direta ou indiretamente influenciam na sensação de segurança e nos índices de violência e crime e solicitar providências junto às instâncias responsáveis por

tais questões, como no caso da falta de iluminação pública.

D) Fortalecimento da Guarda Civil Metropolitana e reformulação do Convênio de Atividade Delegada

- A ação da Atividade Delegada não pode levar ao sucateamento da Guarda Civil Metropolitana, como acontece na atual gestão de São Paulo. A Guarda Civil Metropolitana já não está presente nas escolas municipais nem nos parques públicos, foi substituída por segurança privada terceirizada, e tem alto contingente afastado de suas funções de segurança do cidadão nos locais públicos;

- A gestão do prefeito Fernando Haddad dará nova dimensão ao Convênio da Atividade Delegada, reformulando seu texto original para que este não se restrinja à fiscalização dos chamados camelôs. Mesmo atuando em posturas municipais, os Policiais Militares (PMs) continuam sendo PMs, responsáveis por manter a ordem pública e o policiamento ostensivo-repressivo. A Prefeitura poderá, por exemplo, incluir nas ações de Atividade Delegada a atuação nos bairros de maiores índices de violência e crimes onde só a presença dos PMs é capaz de inibir determinadas condutas delitivas, a fiscalização de desmanches ilegais, que são destinatários do furto e roubo de veículos;

- Fortalecer a Guarda Civil Metropolitana com de aumento de efetivo aumento de efetivo, modernização de equipamentos e formação continuada.

E) Reformulação do Fórum Metropolitano de Segurança

- O Fórum Metropolitano de Segurança, criado no início da década de 2000, nos seus melhores momentos chegou a reunir 25 prefeituras da Região Metropolitana de São Paulo e várias entidades da sociedade civil, em especial o Instituto São Paulo contra a Violência. A cidade de São Paulo deverá liderar a reformulação do Fórum, que deve assumir a forma de consórcio com fim específico. Deverá ter estrutura de pessoal e equipamento adequados para processar e avaliar as informações de segurança de interesse comum dos municípios e, a partir delas, propor medidas e acompanhar seus resultados.



13 - GESTÃO, PARTICIPAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

Descentralização e Valorização das Subprefeituras

- A) Descentralização do orçamento municipal e de sua execução;
- B) Valorização dos subprefeitos e da estrutura local, dotando-os de capacidade de decisão para enfrentar os desafios e reduzir as desigualdades regionais;
- C) Gestão descentralizada dos recursos humanos, para melhor contratar, capacitar, valorizar e dirigir o atendimento à população;
- D) Eliminar/reduzir áreas concorrentes entre secretarias e subprefeituras;
- E) Fortalecer o papel normativo, diretivo e gerencial das secretarias e de suas interfaces com as subprefeituras, conferindo unidade à política de gestão e contribuindo para o cumprimento de metas;
- F) Implementar um processo de descentralização das áreas sociais (saúde, educação, assistência social, cultura e esportes), buscando um equilíbrio maior entre os bairros e as regiões;
- G) Articular relações com sistemas e serviços nacionais e estaduais, conferindo mais eficiência ao uso de fundos de financiamento para o município.
- H) Criar a Subprefeitura de Sapopemba.

Transparência e Combate à Corrupção

- A) Será criada a Controladoria Geral do Município de São Paulo (CGM), que concentrará os demais instrumentos de controle como a Corregedoria Geral do Município, a Auditoria Geral (AUDIG) e a Ouvidoria. A CGM terá status de Secretaria e será



ligada diretamente ao Prefeito; terá autonomia para adotar providências relacionadas à prevenção e ao combate à corrupção, à auditoria pública, à correição, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão; contará com o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, órgão colegiado e consultivo. Identificará as áreas de vulnerabilidade da gestão municipal, recomendando aperfeiçoamentos institucionais.

B) No campo da transparência, a Administração Pública se pautará pelas seguintes ações:

- Divulgação clara e compreensível das contas públicas e disponibilização dos editais, convênios e contratos em plataforma que permita a visualização da cadeia completa de ações e processos;
- Estabelecimento de metas públicas de desempenho dos serviços públicos municipais;
- Implantação integral dos dispositivos da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) na Prefeitura, inclusive tornando disponíveis dados governamentais referentes à gestão municipal;
- Criação de um sistema eficaz de avaliação das políticas públicas por parte dos cidadãos.

Inovação na gestão pública e na cidade

A) Atualização da infraestrutura de tecnologia da informação da prefeitura; com disponibilização de rede interna de alta capacidade e adoção de novas tecnologias aplicadas à gestão e à produção de informações para apoio às decisões.

B) Adoção de abordagens inovadoras no uso da tecnologia, com aplicações baseadas na internet, em telefones celulares e tablets, criando novos padrões para processos críticos da gestão municipal;

C) Uso intensivo da tecnologia da informação para integração de serviços (inclusive com outros entes federativos), reorganização dos serviços virtuais, inclusão digital e estabelecimento de nova forma de interação entre o poder público e os cidadãos com personalização de ambientes de navegação e uso de diferentes plataformas (celulares e tablets, por exemplo);

D) Ampliação e centralização dos serviços telefônicos disponíveis no Serviço 156, visando a interação com os cidadãos;



- E) Aplicação da tecnologia para integração com os parceiros e fornecedores da Prefeitura, com o objetivo de melhorar a transparência, rapidez e qualidade no fornecimento de produtos e serviços;
- F) Ampliação da acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, por meio de plataformas apropriadas;
- G) Reorganização da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município (PRODAM), para que a empresa possa se desenvolver e oferecer tecnologia a serviço da educação e da cidadania;
- H) Criação do Centro de Informações Estratégicas e dos Escritórios de Informações Gerenciais;
- I) Implantação do sistema de prontuário eletrônico no gerenciamento dos atendimentos da rede municipal de saúde.

Atendimento ao Cidadão

- A) Criação de Centrais de Atendimento aos Cidadãos nas subprefeituras, reunindo em um mesmo local a prestação de diversos serviços, com rapidez, eficiência e qualidade, integrando vários órgãos prestadores de serviços públicos. Serão instaladas em espaços de infraestrutura adequada, com terminais de computadores para uso dos munícipes;
- B) A Prefeitura integrará os cadastros pessoais dos serviços públicos e dos programas sociais dos diversos órgãos e buscará estabelecer parcerias com o governo do Estado e com o Governo Federal para que os serviços aos cidadãos sejam prestados num Balcão Único, de forma integrada;

Comunicação e Interação com a Sociedade

- A) Serão estabelecidos critérios públicos para o investimento em publicidade oficial, canais que permitam reunir notícias de todas as áreas de governo, com distribuição pública de informações, além de medidas para o fortalecimento da comunicação plural: rádios comunitárias legalizadas no município, Plano Diretor de Radiodifusão Comunitária, práticas de educação não-formal em comunicação, com a realização de oficinas de educomunicação para jovens. Propõe-se a realização da Conferência Municipal de



Comunicação e a constituição de um Conselho Municipal de Comunicação.

Valorização dos Servidores Públicos Municipais

- A) Democratizar as relações de trabalho por meio de instituição de mesas de negociação permanente e outros canais de diálogo entre a prefeitura e o funcionalismo;
- B) Estabelecer política de revisão dos planos de cargos, carreiras e salários visando aprimorá-las;
- C) Atualizar a legislação referente ao funcionalismo, sobretudo o Estatuto do Servidor Público Municipal (1979);
- D) Criar política integrada de saúde do servidor público municipal e requalificar o Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM);
- E) Instituir Política Municipal de Gestão de Pessoas, contendo os seguintes elementos: definição de padrões de seleção, alocação e aproveitamento de servidores, gerenciamento de competências e habilidades dos servidores ativos (aproveitamento de pessoal interno), estudos e projeções do perfil da força de trabalho;
- F) Reformular a Escola de Formação do Servidor Público Municipal, articulando-a com centros de excelência e dotando-a de estrutura adequada para a capacitação dos servidores.

Sistema Municipal de Participação Popular e Cidadã

Em várias partes do mundo, percebe-se renovado interesse e avanços na democracia participativa direta. As sociedades complexas do nosso tempo já demonstram os limites claros do sistema político representativo. A combinação dos dois sistemas – representativo e direto – vem se mostrando um caminho profícuo, tanto para garantir o direito republicano de participação cidadã, quanto para encontrar soluções inovadoras para os problemas econômicos sociais e ambientais. A coligação “Para Mudar e Renovar São Paulo”, liderada por Fernando Haddad, implantará um Sistema Municipal de Participação Popular e Cidadã, permitindo integração entre o poder público e a sociedade no governo do Município. O sistema terá a seguinte constituição:



- A)** Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Município de São Paulo, conforme definido no Programa de Desenvolvimento Econômico e Social;
- B)** Conselhos Municipais de Desenvolvimento Local, ligados às subprefeituras e integrados ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social;
- C)** Conferências Municipais como instâncias de participação social e popular para o planejamento, gestão e controle de políticas públicas em áreas específicas;
- D)** Conselhos Municipais, como instrumentos do fortalecimento da participação democrática da população e como espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, com a função de formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais;
- E)** Conselhos ou formas colegiadas semelhantes de participação, fiscalização e acompanhamento em órgãos, programas e ações da Prefeitura de São Paulo;
- F)** Conselho de Representantes da Sociedade Civil nas subprefeituras, como forma de fortalecimento da participação popular e do poder local;
- G)** Gabinete Digital, como canal direto da relação da população com o Prefeito. O Gabinete Digital terá quatro ferramentas:
- Agenda Colaborativa, através da qual a população sugere agendas para o Prefeito;
 - Prefeito Pergunta, através da qual a sociedade responde a questões e temas lançados pelo Prefeito;
 - Prefeito Responde, através da qual o prefeito responde a perguntas feitas pela sociedade e selecionadas pelo Gabinete Digital;
 - Prefeito Escuta, através da qual serão feitas audiências públicas via Internet com bate-papo nas redes sociais.
- H)** Orçamento Participativo (OP), para permitir que as comunidades atuem e influenciem nas decisões sobre o orçamento público municipal;
- I)** Portal da Participação, um espaço digital através do qual será criado um sistema de votação de prioridades pelos eleitores nas



definições orçamentárias;

J) Instituir processos participativos para todo o ciclo orçamentário, com destaque para o Plano Plurianual Participativo (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Serão implantadas ações para fortalecimento dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas e todas as outras formas de participação previstas no Sistema Municipal de Participação Popular e Cidadã.



EXPEDIENTE PROGRAMA DE GOVERNO

Coligação Para Mudar e Renovar São Paulo

Fernando Haddad: Candidato a Prefeito

Nádia Campeão: Candidata a Vice-prefeita

Partidos da Coligação

Partido dos Trabalhadores – PT

Partido Comunista do Brasil – PC do B

Partido Socialista Brasileiro – PSB

Partido Progressista – PP

Coordenador Geral da Campanha da Coligação

Antonio Donato

Coordenadores do Programa de Governo

José de Filippi

Vicente Cândido da Silva

Coordenador de Sistematização

Aldo Fornazieri

Comissão de Sistematização

Aldo Fornazieri

Cecília de Almeida Gomes

Cida Perez



Ana Célia Martinez Guarnieri
Frederico Souza de Queiroz Assis
Felipe Teixeira Gonçalves
Elizabeth Avelino
Marilene Felinto

Coordenadores das Comissões Temáticas

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Amir Khair
Nelson Machado
Luiz Cláudio Marcolino

DESENVOLVIMENTO URBANO

Nabil Bonduki
Álvaro Puntoni

TRANSPORTE, TRÂNSITO E MOBILIDADE URBANA

Carlos Zarattini
Ciro Biderman

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL URBANA

Elcires Pimenta
Edson Aparecido da Silva

EDUCAÇÃO

Cida Perez
Enéas Rodrigues



SAÚDE

Carlos Neder

Milton Arruda

CIDADANIA , DIREITOS E DIGNIDADE HUMANA

Paulo Vannuchi

Paulo Teixeira

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À POBREZA

Aldaíza Sposati

Neiri Bruno Chiachio

CULTURA

Vladimir Safatle

Ricardo Musse

ESPORTE E LAZER

Roberto Casseb

GESTÃO, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

Francisco Chagas

SEGURANÇA URBANA

Eloi Pietá

SEGURANÇA ALIMENTAR

Lucia Salles



Secretaria de Movimentos Sociais

Célia Assumpção – Secretaria de Movimentos Sociais

Enéas Rodrigues – Setorial da Educação

Edu Pacheco – Setorial de Transportes

Francisca Ivaneide – Setorial da Saúde

Hamilton/Ana Quaiato/Douglas Mendes – Setorial do Meio Ambiente

Jose Abreu – Setorial Criança e Adolescente

Rita Quadros/Fernanda Estima/Marcelo Hailer – Colegiado Setorial LGBT

Roni Lima – Setorial da Cultura

Sidney – Setorial de Habitação

Zé Rubens – Esporte e Lazer

Juscelino – Núcleo Setorial Interreligioso

Giba – Núcleo Setorial de Ciência e Tecnologia

Secretária Municipal de Combate ao Racismo do PT

Cátia Cristina Dias da Silva

Secretaria Municipal da Juventude

Erik Bouzan

Secretaria Municipal das Mulheres

Juliana Borges

Produção

Secretaria Municipal de Comunicação do PT-SP

Agosto de 2012



